

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

## 012ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 31AGO2021

Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

(Texto com revisão final.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** (19h) Boa noite. Estão abertos os trabalhos da presente Audiência Pública. Gostaríamos de agradecer a presença de todos e de cada um. Na verdade, estou sem o meu *laptop*, então, vou ter que fazer a audiência pública pelo telefone. Vou pedir que... (Problemas na conexão.) ...me socorra com as inscrições, com o *chat*, com controle, metodologia e procedimento. De imediato, passo a palavra ao diretor Luiz Afonso para que atualize os participantes desta audiência a respeito da metodologia e procedimentos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Presidente. Início com a leitura do edital (Lê.):

“AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

- PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO (PLE) Nº 015/2021, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO REFERENTE ÀS ISENÇÕES TARIFÁRIAS DO TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE E INSTITUI O SISTEMA DE ISENÇÕES TARIFÁRIAS DO TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE; INCLUI O ART. 32-B NA LEI Nº 8.133, DE 12 DE JANEIRO DE 1998 E O § 2º NO ART. 1º DA LEI Nº 10.996, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010 E REVOGA A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO (PLCE) Nº 011/2021, QUE ALTERA O ART. 1º E O *CAPUT* DO ART. 2º; INCLUI OS INCS. I E II NO ART. 1º E REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 362, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995, QUE CRIA O PASSE LIVRE NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PORTO ALEGRE.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 31 de agosto de 2021, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em PLE 015/2021 - <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136808>; PLCE 011/2021 - <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136690>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail [audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br](mailto:audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br). As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública poderá ser acessada, será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

ATENÇÃO: AS INSCRIÇÕES JÁ EFETUADAS DEVERÃO SER REFEITAS EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO DO *LINK* DE ACESSO À SALA VIRTUAL DA AUDIÊNCIA. Porto Alegre, 23 de agosto de 2021. VEREADOR MÁRCIO BINS ELY, Presidente.”

A dinâmica da nossa reunião será a seguinte: teremos na abertura da reunião uma manifestação de até 20 minutos do governo, tratando dos projetos, depois nós teremos uma manifestação dos demais requerentes da audiência, que é a UMESPA, pela qual vai falar o Anderson Farias, que divide o tempo de 20 minutos com a UEE/RS, pela qual fala o Airton Silva. Vamos abrir imediatamente pelo *chat* as inscrições para dez falas da comunidade, podendo se pronunciar por até cinco minutos, e os vereadores que estão presentes na audiência falarão intercaladamente entre as falas da comunidade. A partir de agora, estamos recebendo até dez inscrições de pessoas da comunidade que queiram se pronunciar sobre o assunto.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradecendo a presença de todos e de cada um, vamos conceder a palavra ao governo para que se manifeste no tempo de 20 minutos. Fez contato comigo o presidente da EPTC, Paulo Ramires, também requerente desta audiência pública, o líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim. A palavra está à disposição. (Pausa.) Agradecemos a presença do prefeito Sebastião Melo, a quem passamos a palavra, com muita honra.

**SR. SEBASTIÃO MELO:** Presidente, quero saudar V. Exa. e estender aos vereadores e vereadoras e a uma quantidade grandiosa de participantes desta audiência. Esta matéria em discussão só tem remédio amargo, porque nós temos 14 isenções municipais, fora a isenção constitucional, que é de 65 anos. Compete então ao Poder Executivo analisar a questão das isenções municipais. Estamos propondo a retirada de 9 isenções, das 14, e estamos propondo também, se a Câmara acolher este projeto, aportar em torno de R\$ 20 milhões para custear, do ensino fundamental, 100% dos alunos de renda familiar de 1,5 salário mínimo *per capita* – então, estaríamos bancando 100%, pela Prefeitura, do ensino fundamental - e 75% do ensino médio também, usando esse mesmo critério. Bom, no decorrer do processo, minha fala aqui, e depois o Záchia, que é o condutor desse processo, o Cassio e o Paulo da EPTC vão poder entrar nos detalhes, mas o que muda neste

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

processo? Estamos tirando o passe livre e mantendo duas datas apenas, vacinação e Nossa Senhora dos Navegantes. Além dessa questão dos R\$ 20 milhões, que eu acho um ganho muito importante para a educação, estamos dizendo o seguinte, que vai ter que provar que tem necessidade, porque vamos combinar, entre nós, acho que quem conviveu comigo na Câmara de Vereadores, eu não mudei de opinião como vice-prefeito, como deputado ou como prefeito, pois para mim, isenção tem um pressuposto básico: a necessidade. Eu não concordo, por exemplo, que quem tem 65 anos, apenas por ter 65 anos, seja isento de pagar o ônibus. Eu acho que quem tem 65 anos e renda deveria pagar o ônibus. Quem tem 70 anos, também; quem tem 80, também. Mas, infelizmente, o constituinte brasileiro não olhou para o futuro da Nação, ele não botou financiamento; então, esse tema eu penso que tem que ir além da Câmara Municipal. Tenho conversado muito com o governador, acho que não é correto que incidam sobre a passagem os tributos do ICMS, que é o imposto mais injusto do mundo, porque ele é regressivo. Não é justo que os tributos federais incidam sobre a passagem, e não é justo que hoje o pobre financie o pobre. Então nós precisamos enfrentar este tema e estamos aqui para debater. Quero agradecer enormemente a acolhida dos vereadores, estou despachando aqui ao lado outros temas, envolvendo outras questões, vou e volto, mas estou com vocês aqui. Passo a palavra ao Záchia, nosso secretário da mobilidade urbana, não sei se o Ver. Cecchim está, para a condução. Muito obrigado, Presidente; muito obrigado, vereadores.

**SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA:** Cumprimentando o Presidente Márcio Bins Ely, cumprimento todos os vereadores e as vereadoras presentes e todos os que acompanham esta audiência pública. Vou fazer um pequeno histórico do sistema.

(Procede-se à apresentação.)

**SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA:** Os vereadores e as vereadoras conhecem bem isso, mas em respeito a todos que participam: até 2015, o sistema de transporte operava sem nenhuma licitação. Depois de licitados os serviços, os contratos com as concessionárias foram assinados em 2015 pelo período de 20 anos. Naquele momento, o sistema

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

transportava, em média, 25 milhões de usuários por mês, em 2015. Já no final de 2019, é importante que nos deparemos com essa data, para que possamos parametrizar, no final de 2019, já transportava 19 milhões de usuários no mês, havendo uma redução de 24%. Quer dizer, por que final de 2019? Não existia ainda a pandemia, então já estamos analisando o sistema com um decréscimo de 24% por diversas razões: mudança de comportamento da sociedade, aplicativos e outros modais de transporte... (Problemas na conexão.) ...em fevereiro de 2020, um mês antes da pandemia, o sistema transportava 808 mil passageiros por dia. Um ano depois, em fevereiro de 2021, este ano, o sistema transportava 276 mil pessoas por dia. Hoje ele transporta 52%, talvez chegando a 53%, no máximo, mas isso mostra com clareza o decréscimo que a pandemia ofereceu ao sistema: sair de 808 mil pessoas para 276 mil. Temos que entender e imaginar que o mesmo custo para transportar 808 mil pessoas estava sendo alocado para transportar 276 mil pessoas. Quais são as pessoas que pagam a passagem inteira? São os trabalhadores informais, aqueles que não têm Carteira de Trabalho assinada, os autônomos, os desempregados, as diaristas, os ambulantes, os artesãos, esses pagam a passagem cheia. Quais os usuários que pagam parte da passagem? O trabalhador formal, aquele que tem a Carteira de Trabalho assinada, portanto desconta 6% a partir do seu salário limitado, e os estudantes que pagam 50% da passagem. Quem não paga hoje? Carteiros, oficiais de justiça, rodoviários que são os agentes da EPTC, efetivos da Brigada Militar, Guardas Municipais, soldados do Corpo de Bombeiros, ex-combatentes, crianças e adolescentes vinculados a entidades assistenciais e acompanhantes, pessoas portadoras de HIV e acompanhantes, pessoas com deficiência física, mental, auditiva ou visual e acompanhante, idosos entre 60 e 64 anos, e idosos com idade superior a 65 anos. As medidas que o governo está enviando para a Câmara para enfrentar, o que está fazendo para enfrentar a crise histórica no transporte coletivo? São os projetos de lei que têm como objetivo a redução do custo do transporte coletivo. Se todas essas ações forem devidamente aprovadas pelo Parlamento Municipal, nós teremos uma redução de R\$ 0,21 na tarifa. Essa redução de R\$ 0,21 seria pela eliminação dessas isenções e do passe livre. Como bem disse o prefeito antes, o passe livre, que hoje tem 12 domingos obrigatórios por ano, permaneceria somente em duas possibilidades - no Dia de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira da cidade e em

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

dia de vacinação. Quanto às revisões das isenções, que são 14 existentes, permaneceriam somente 5, com algumas modificações. Nós obedeceríamos ao critério da justiça na concessão, benefício para quem mais precisa, limitando renda familiar *per capita* de 1,5 salário mínimo. É exatamente o mesmo procedimento adotado pelo governo do Estado há mais de 10, 12 anos, no governo Tarso, exceto para idosos e Brigada Militar, sobre eles não teria o parâmetro de 1,5 salário mínimo *per capita*. A Prefeitura irá subsidiar a passagem para estudantes do ensino médio e fundamental, respeitando o limite orçamentário de R\$ 20 milhões. As isenções, as 14 existentes: idosos com mais de 65, idosos com 60 a 64, estudantes, professores, enfermidades e acompanhantes, pessoas com HIV e acompanhantes, crianças e adolescentes, assistente social com os acompanhantes, oficial de justiça, carteiros, agentes de fiscalização, Guardas Municipais, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e ex-combatentes. Ficariam somente 5: idosos com mais de 65 anos, os estudantes com a remodelação que nós vamos a seguir demonstrar, enfermidades e acompanhantes, crianças e adolescentes com assistente social e acompanhante e soldados da Brigada Militar em serviço. Isso geraria, essa diminuição geraria um impacto R\$ 0,21. A especificação dessas isenções: estudantes de baixa renda do ensino fundamental, 100% da isenção na primeira e segunda passagem - hoje, é 50% - ; 100% da isenção para inscritos no Programa Vou à Escola; estudantes de baixa renda do ensino fundamental, sempre vamos repetir, baixa renda falando de 1,5 salário mínimo *per capita*, estudante de baixa renda do ensino médio, primeira passagem 75% de isenção, hoje é 50%, segunda passagem 100%, e 100% de isenção para inscritos no Programa Vou à Escola; estudante de baixa renda do ensino superior, 50% na isenção de primeira e segunda passagem, hoje é 50% de isenção para todos - nós estamos limitando para baixa renda. Isenção à pessoa com deficiência permanente física, mental, auditiva ou visual e acompanhante, renda *per capita* familiar não superior a 1,5 salário mínimo, existirá o limite de sessenta viagens mensais e poderá haver deslocamentos individuais do responsável acompanhante em proveito do beneficiário; isenção para crianças e adolescentes assistidos, renda familiar *per capita* não superior a 1,5 salário mínimo, limite de 60 viagens mensais; soldado da Brigada Militar, quando em serviço; idosos acima de 65, conforme determinação da legislação federal; subsídios da Prefeitura para passagem de estudantes

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

do ensino médio e fundamental, conforme limite orçamentário de R\$ 20 milhões. Ao limite de R\$ 20 milhões, a Prefeitura Municipal estará subsidiando a passagem dos estudantes do ensino médio e fundamental. O Município promoverá medidas de captação de recursos para o subsídio de isenção de idosos e pessoas com deficiência por meio dos fundos específicos. Beneficiários devem estar inscritos no CadÚnico, exceto soldados da Brigada Militar e idosos. Isenções concedidas anteriormente serão válidas até a próxima renovação, e os créditos eletrônicos prescrevem após um ano de sua aquisição e serão revertidos exclusivamente para a modicidade tarifária, ou seja, redução da tarifa. Hoje não existe limite para utilização dos créditos eletrônicos, não existe limite temporal... (Problemas na Conexão.)...num ano, não sendo utilizado nesse período, o valor é revertido para a modicidade tarifária, para reduzir o valor da tarifa. Isso são, em síntese, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras e todos aqueles que participam desta audiência pública, os dois projetos encaminhados para a Câmara Municipal: do passe livre e das isenções. Vou passar a palavra para o Paulo Ramires, presidente da EPTC, para que possa falar um pouco mais objetivamente do passe livre.

**SR. PAULO RAMIRES:** Boa noite, Sr. Presidente, demais colegas aqui da Mesa, demais participantes desta audiência pública. Como bem explanado pelo secretário Záchia, são essas as modificações nas isenções tarifárias, nas possibilidades de isenção tarifária no sistema de ônibus de Porto Alegre que nós estamos encaminhando para a discussão na Câmara Municipal e com a expectativa então da sua aprovação. Especificamente sobre o passe livre, nós estamos propondo a redução das possibilidades. A previsão legal hoje é de até 12 ocorrências no ano, nós estamos trazendo a proposta de trazer ela para duas, como colocado, a primeira delas no Dia de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira da cidade, e a segunda oportunidade seria em casos de campanhas massivas de vacinação, para propiciar que as crianças possam se vacinar. De uma forma resumida, são essas as intenções que nós colocamos no projeto encaminhado e colocamos agora, então, à apreciação nesta audiência pública para que possamos discuti-las. Muito obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado ao prefeito, ao nosso secretário Záchia, ao presidente da EPTC, Paulo Ramires; cumprimento também o secretário Cassio Trogildo.

**SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA:** O secretário Cassio tem interesse em ouvir todos, por isso agradece e abre mão da palavra.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Concluída a primeira intervenção, o Sr. Anderson Farias, representante da UMESPA, está com a palavra.

**SR. ANDERSON FARIAS:** Boa noite, dizer que é muito importante que a gente está discutindo aqui e debatendo sobre o transporte público de Porto Alegre. Queria agradecer a presença de todos... (Problemas na Conexão.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Diretor Luiz Afonso, tem como me botar como coanfitrião para nós controlarmos os microfones

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim, perfeito.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Anderson Farias está com a palavra.

**SR. ANDERSON FARIAS:** Primeiro, eu gostaria de agradecer a presença de todos os estudantes que estão aqui, das lideranças estudantis, dos membros da diretoria da UMESPA, dos grêmios estudantis, dos diretórios e centros acadêmicos, dos DCEs, da UBES, da UEE, da UNE e das demais entidades estudantis que estão aqui presentes. A Prefeitura propõe a alteração na legislação que garante o meio passe estudantil, e os estudantes vêm discutindo e debatendo a realidade do transporte público aqui da nossa cidade. A gente solicita que seja ampliado este debate, justamente com a sociedade de Porto Alegre que não tem conhecimento desses projetos e precisa conhecê-los. A gente está num momento muito delicado, em que a maioria das escolas ainda continua no modelo

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

híbrido. Na rede pública, a maioria dos estudantes ainda não retornou às aulas e aprovar este projeto sem ter esse debate com a comunidade escolar é muito errado e arriscado pelo momento que a gente vive de pandemia, principalmente para os vereadores que podem aprovar uma medida que pode prejudicar milhares de famílias e não vai garantir que o preço da passagem diminua e a qualidade dos ônibus de transporte melhore. A gente tem convicção que o problema do transporte de Porto Alegre não são as isenções, muito menos o caso dos estudantes, porque a gente contribui com a passagem, pagando hoje a metade. Vale lembrar que, em várias cidades brasileiras, o transporte é garantido para os estudantes de forma gratuita. Então, o governo anterior já retirou várias isenções, o exemplo é a segunda passagem do trabalhador e dos idosos de 60 a 64 anos, e mesmo assim a proposta de aumento das passagens nos anos posteriores era absurdamente alta, muito mais alta que a inflação e a promessa de diminuição da passagem apresentada para garantir a aprovação de medidas, enfim. O problema do transporte hoje é que as pessoas pararam de usar o transporte. São vários motivos, mas os principais motivos que a gente enxerga, por usar o transporte público, são que é um transporte que não tem qualidade, e a passagem é muito cara. Os ônibus estão sempre lotados, quebram no meio do caminho seguidamente, não têm segurança, é um transporte demorado e que atrasa, muitas vezes, e o preço da passagem é muito caro. Então, a principal medida para garantir e diminuir o preço da passagem é o subsídio, uma receita que é usada no mundo inteiro. A medida do subsídio do transporte, na Europa, é de 50%, e a cidade de São Paulo, por exemplo, consegue garantir o passe livre para os estudantes. É isso que nós precisamos buscar de forma urgente, formas para subsidiar o transporte e fazer um transporte mais atrativo para a população de Porto Alegre. O argumento que motiva a apresentação do projeto é garantir mais pessoas pagando o transporte, utilizando o transporte. O problema é que as pessoas, os jovens, as famílias vão ser prejudicadas e precisam continuar usando. Isso não vai ocorrer, se houver essa aprovação. A própria EPTC, que, no Comtu, apresentou um estudo que considera uma desistência, as pessoas vão parar de usar o transporte público, e muitas pessoas vão ser excluídas nesse pacote todo. Então, o caso dos estudantes é mais ineficaz ainda, porque dez estudantes pagando a passagem pela metade é o mesmo que cinco estudantes pagando a passagem inteira. Então, a nossa principal preocupação é o aumento



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

da evasão escolar, ainda mais no momento em que a gente vive, de pandemia e pós-pandemia. Por isso, a gente solicita aos vereadores atenção ao que está sendo proposto, para não aprovarem medidas que podem prejudicar o acesso dos estudantes à educação. O nosso acesso à educação já está complicado hoje por conta da pandemia. É muito importante a gente ressaltar o acesso à educação, hoje o TRI escolar garante o acesso dos estudantes à educação em Porto Alegre. A mudança do projeto mais anunciada é a exigência de comprovação de renda para ter o direito ao TRI escolar. Essas medidas vão acabar burocratizando o acesso ao TRI escolar e vão estar criando dificuldades para quem mais tem direito, para quem mais precisa. Então, as medidas devem ser para garantir que os estudantes realmente tenham acesso ao TRI escolar, que os estudantes de escola pública, os bolsistas, os beneficiários de programas sociais como o Prouni não precisem comprovar renda, então evitaria de burocratizar e acabar afastando os estudantes da educação. Isso garantiria que milhares de famílias carentes não fossem prejudicadas. Com menos burocracia, acaba-se facilitando o acesso a esse benefício, que é o TRI escolar hoje, a meia-passagem em Porto Alegre. Então, o projeto vem com vários problemas que a gente acredita que precisam ser alterados e listamos os principais. Gostaria de citá-los. O primeiro é que retira totalmente a rede particular de ensino, isso é um grande equívoco, na nossa opinião, principalmente, porque existem muitas crianças, jovens estudantes em rede particular que são carentes. Inclusive, hoje, as instituições, as escolas particulares precisam obrigatoriamente distribuir 20% de bolsas de estudos, 20% de bolsistas, no mínimo. Fica mais evidente o erro, tendo em vista que a exigência de comprovação de renda para obter o passe escolar vai burocratizar ainda mais e é muito complicada essa ação de comprovação de renda. Então, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que, da mesma forma, não tem justificativa para tirar os direitos para o estudante de EJA, do profissionalizante, pré-vestibular e dos níveis superiores ao ensino básico. É necessário a gente lembrar novamente que se está exigindo a comprovação de renda. Para que excluir os estudantes e o ensino a terem acesso ao direito? Então, o projeto acaba atacando a organização do movimento estudantil e a proteção do próprio direito, incluindo a Prefeitura para receber a solicitação dos estudantes. Essa medida só tem o objetivo de enfraquecer o movimento estudantil de Porto Alegre e a organização de defesa da educação, e é por

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

esse meio que a gente defende a educação. O acesso à educação passa pelo TRI escolar. Então, a gente se reuniu com o secretário Záchia, que já nos informou que a Prefeitura não tem interesse nenhum em assumir este posto de atendimento, do TRI escolar. Então essa questão de as entidades ainda terem autonomia sobre o TRI escolar é garantir a proteção do direito e ter um controle. O quarto ponto é que acaba excluindo os estudantes que moram fora de Porto Alegre; por exemplo, o cara que mora em Viamão e estuda em Porto Alegre, ou vice-versa. E o quinto ponto é que o projeto também proíbe a utilização aos domingos e feriados, acaba não garantindo um número mínimo de passagens que o estudante pode recarregar, adquirir durante meses. Então a gente já conversou com a Prefeitura, com o secretário Záchia informando que concordaram com as nossas reivindicações, e a gente espera que haja alteração no projeto pela parte do próprio governo, que as alterações sejam propostas pelo governo. Nesse sentido, partindo para o final, quero agradecer por este espaço e dizer que é muito importante a gente estar debatendo sobre o transporte público, porque hoje a gente tem um senso comum de que ele precisa ser melhorado. É muito importante esse espaço, e a gente está disposto, os estudantes estão dispostos a debater tanto o projeto quanto alternativas para a melhora do nosso transporte público, e a gente solicita que os nossos apontamentos que apresentamos aqui hoje sejam considerados e alterados no projeto. Então, nesse sentido, partindo para o final, era mais uma vez, ressaltar que é importante esse debate que está acontecendo hoje, essa audiência pública, para ouvir os estudantes, mas além disso, é ampliar esse debate para a sociedade, para a comunidade escolar, não só para os estudantes. Então, agradeço, mais uma vez, este espaço e dizer que a gente está à disposição para discutir e ver alternativas para o transporte público. A gente acredita que o transporte público precisa ser dialogado, enfim, e construído pela sociedade em si. Então, é muito importante a gente ter esse espaço de diálogo entre o governo e a sociedade, o governo que se diz do diálogo precisa ouvir um pouco, e a gente está disposto e à disposição para debater o projeto e melhoras para o transporte público. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Anderson. O Sr. Airton Silva, da UEE, está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

**SR. AIRTON SILVA:** Boa noite a todos e a todas, sou estudante de saúde coletiva da UFRGS, recém-eleito presidente da União Estadual dos Estudantes, entidade de representação dos estudantes universitários aqui do nosso Estado. Quero iniciar a minha fala, para não me alongar muito também, cumprimentando cada vereador presente nesta audiência pública, mas, em especial, cumprimentar cada estudante que se mobilizou nesta noite para estar aqui com a gente, debatendo sobre essa questão que é tão importante que é sobre as isenções ou o direito dos estudantes ao acesso ao transporte público e à educação.

Gente, eu acho bem importante começar a minha fala localizando em que momento nós fazemos esses debates. Nós vivemos, no Brasil, em meio a uma pandemia em que quase 600 mil pessoas já perderam as suas vidas; em que a nossa população vem passando por altos índices de desemprego ou subemprego, com uma diminuição da sua renda familiar; em que vemos casos de pessoas passando fome novamente em nosso País - e é nessa conjuntura que nós estamos aqui debatendo o transporte público de Porto Alegre. Eu acho que é importante localizar em que momento nós fazemos essa discussão, porque debater essa reformulação ou este projeto não pode servir para aprovar algo que contribua para a evasão escolar. Hoje nós já passamos, e Porto Alegre enfrenta um grande debate sobre a questão da escola e do acesso à educação. Quando a gente fala no debate do TRI Escolar, do passe estudantil é este o debate que nós estamos apontando, apontando a necessidade da garantia do acesso à educação. Nós temos feito muitos debates – dentro da UEE, nas entidades estudantis aqui presentes, muitos DCEs, centros acadêmicos também têm debatido sobre isso – e nós temos algumas convicções, uma delas é de que o debate das isenções não resolve ou não dá conta de superar a crise do transporte público que nós vivemos aqui na cidade, de longe daria conta de resolver.

Nós aqui enfrentamos esse debate desde a última gestão da Prefeitura quando o Marchezan cortou a gratuidade dos idosos de 60 a 65 anos, quando cortou 50% da segunda passagem dos trabalhadores, e isso não teve impacto algum no valor da passagem. Isso também não resolveu a questão do transporte da nossa cidade, então, muitas vezes, nós vemos nos jornais, nas notícias falando que Porto Alegre hoje é uma das cidades que mais

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

têm isenções. E, ao mesmo tempo em que a gente vê isso, que Porto Alegre é uma das cidades que mais têm isenções, nós vemos, nos mesmos jornais, que, no Brasil inteiro, o transporte público passa por uma crise. Então, esse debate das isenções não resolve essa questão, e nós precisamos e achamos que a Prefeitura precisa conseguir se debruçar e resolver o problema geral do transporte, que é o quê? Na nossa avaliação, hoje, o grande debate é que o transporte público de Porto Alegre não é mais nenhum pouco atrativo para as pessoas. Nós temos um número de passageiros, de usuários que diminuiu, diminuiu por “n” motivos. Hoje os ônibus têm uma péssima qualidade, hoje os ônibus não são seguros, nós não temos em Porto Alegre um sistema inteligente de transporte público, nós não temos um sistema integrado que pense a cidade, que pense a cidade com as pessoas no centro do debate, a questão da periferia e o acesso da população a nossa cidade e aos meios de locomoção que nós podemos ter aqui. Então, isso, para nós é algo central. Achamos que essa deva ser a grande preocupação da Prefeitura neste momento.

Nós hoje, estudantes, pagamos a meia-passagem, 50% do valor da passagem. E nós achamos que essa medida da Prefeitura vai colocar uma parcela muito importante e grande dos usuários hoje do transporte para fora do nosso sistema. Então, vai na contramão de resolver um problema, porque as pessoas vão deixar de pegar ônibus neste momento. Então, o Anderson citou, e eu tinha anotado para poder falar um pouco, que a própria EPTC, em 2018, quando nós debatíamos o impacto tarifário no modelo de transporte público aqui, falava que 50% dos estudantes, se perdessem o direito ao meio passe, deixariam de utilizar o sistema de transporte público em Porto Alegre. Outro dado importante: nós fizemos uma pesquisa por meio do DCE da UFRGS, há alguns anos, também para estudar o impacto do aumento da passagem e lá falava que 30% dos estudantes diziam que, se não tivessem o meio passe, iriam optar por um outro sistema de transporte, que é o que já está acontecendo. Nós não temos um ônibus hoje que dê conta da nossa cidade, da demanda da nossa população. Então, é importante pensar o nosso sistema de transporte com esse viés, pensar as pessoas, pensar a mobilidade urbana. Nós temos rotas inseguras que não dão conta, nós temos uma diminuição do número de passageiros, nas rotas de pequeno trajeto diminuiu drasticamente o número de usuários, isso não está ligado ao debate das isenções. O debate das isenções vai fazer com que diminua o número de usuários do nosso

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

transporte público, quando a Prefeitura deveria pensar o contrário. Nós precisamos pensar como fazer para trazer cada vez mais pessoas, mais estudantes, mais trabalhadores, para que tenham acesso ao transporte e vejam esse como o modal necessário importante da locomoção aqui na nossa cidade, porque não é isso. Hoje nós nos deparamos com um debate que quer desmontar o nosso transporte público com a venda da Carris, com a demissão dos cobradores, com essa proposta sobre as isenções que, na nossa avaliação, isso vai servir para esvaziar cada vez mais os ônibus, atacar aqueles que hoje precisam do transporte. Hoje ninguém pega ônibus porque quer, é uma necessidade do povo ter de pegar ônibus, porque nós não vemos nada, nada de atrativo em pegar um ônibus lotado às 7h da manhã, ficar mais de uma hora em pé para chegar até o Centro, que é o que eu faço para poder estudar. Sou estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e referente ao meu acesso à universidade, conquistado por meio de políticas sociais, o transporte público e o meio passe contribuíram para esse meu acesso, então, é sobre isso que nós precisamos falar. Precisamos falar que as pessoas não podem evadir a educação, não podem evadir a escola sem poder ter direito ao sonho da universidade e, para isso, o transporte público precisa estar no centro do debate. Nós aqui... (Problemas de conexão.) ...para encaminhar a minha fala, hoje, na proposta da Prefeitura, nós não vemos incluídos, por exemplo, os estudantes do Prouni, nós poderemos ter uma proposta em que os estudantes da UNE, que já comprovam renda na sua universidade, não precisassem comprovar novamente. Isso está excluindo os estudantes que moram em Porto Alegre e estudam em outra cidade, também não estão incluídos. Aqui, em Porto Alegre, tem muita gente que estuda na Ulbra, estuda na Unisinos, na Feevale, e que precisam desse direito. Então, coloco aqui também a União Estadual dos Estudantes à disposição da Câmara de Vereadores para a gente travar esse debate e construir saídas que melhorem o nosso transporte público e que mudem de fato a cara da nossa cidade e que a gente visualize mais esses espaços que são tão importantes. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Airton. Concluímos as primeiras intervenções dos requerentes.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Eu só gostaria da sua permissão para ler a lista dos dez inscritos, que nós tivemos vários pedidos de inscrição. Eu registrei os dez primeiros e gostaria de ler para o pessoal já ficar orientado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Quem sabe eu leio a minha lista, e o senhor confirma se está certo. São os seguintes inscritos: Lorenzo Rocha, Marlowa Truss, Nelson Khalil, Rodrigo Duarte, Rian Silva Rodrigues, Paulo do DCE da Ulbra, José Bernardi, Vitória Cabreira, Lincon Fonseca, Darlan Castilhos e Rubens Raffo.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Lincon seria o 11º, na verdade.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Como estamos discutindo dois projetos de lei, não haverá problemas. Os vereadores inscritos são: Pedro Ruas, Cláudia Araújo, Laura Sito e Oliboni, por enquanto. O Sr. Lorenzo Rocha está com a palavra.

**SR. LORENZO ROCHA:** Primeiramente, boa noite, eu ocupo o cargo de vice-presidente do Grêmio Estudantil Parobé. Eu estou aqui para falar como estudante, sobre como o fim do TRI escolar para todos os estudantes afetará diretamente o ensino. Serei breve. Como todos sabem, o TRI escolar proporciona que muitos estudantes em situação de pobreza sejam capazes de irem para a escola, para o trabalho e atividades afins. Na minha experiência, eu não tive contato com estudantes de nenhuma escola pública que tivessem condições de pagar R\$ 10,00 ou R\$ 9,60, para ser mais exato, todos os dias. Fazendo o cálculo, em uma semana, o estudante gasta R\$ 48,00 em passagens e, em um mês, gasta cerca de R\$ 192,00. É uma fortuna para qualquer pessoa que receba um ou dois salários mínimos; isso para se tornar uma coisa básica que é educação de qualidade. Se um jovem deixar de ir para o colégio, para a escola, porque não tem como pagar o transporte público, o jovem não terá educação, não terá consciência política e não terá a chance de ir para a faculdade, de ter uma vida promissora, baseada na sua decisão e não na de políticos que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

não sabem que ele existe, não sabem onde ele mora e não sabem o que ele passa. Então, é basicamente isso. Muito obrigado pela palavra.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Lorenzo. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely, diretor Luiz Afonso Peres, ilustre prefeito e representantes do governo, recebam o meu boa-noite; a todas as entidades presentes, os meus cumprimentos; às vereadoras e aos vereadores, o meu abraço. Eu vou direto ao ponto, Presidente, dizendo o seguinte: em 2013, eu era parte e advogado de uma ação movida por vários companheiros do PSOL, em que nós conseguimos a redução das tarifas de ônibus em R\$ 0,20. Foi a primeira do Brasil, em 2013, seguida por várias outras; todo mundo conhece essa história. Mas o que eu descobri, naquela ação, foi que as isenções não têm nada a ver com o preço da tarifa. Isso é um engano, é um equívoco do governo, proposital ou não, mas é um equívoco. O que impactava brutalmente o valor da tarifa de ônibus era, naquele período, a tal frota reserva. Os empresários de ônibus conseguiam colocar, no cálculo tarifário, o valor de um pneu que nunca rodou, de um banco em que ninguém sentou, de uma carroceria que nunca saiu da garagem, ou seja, a tal da frota reserva. Isso impactava muito, como também a taxa de lucro dos empresários. Não são as isenções, isso é uma falácia, com todo respeito, mas é uma falácia. Não são as isenções que impactam, até porque é fácil imaginar: o governo coloca as pessoas que podem pagar - claro que, teoricamente, esse argumento é correto - , mas, vejam bem, quem pode pagar a passagem de ônibus deve pagá-la, e o governo parte de uma ideia de que ele sabe quem pode pagar e quem não pode pagar. Eu, francamente, acho que quem puder não andar de ônibus não vai andar, nossos ônibus são muito precários, são muito ruins; nosso sistema é péssimo. Eu parto de uma ideia oposta da do governo: acho que todo mundo que anda de ônibus é por que precisa. Quem não precisa não anda de ônibus; quem tiver outra maneira de se deslocar não vai andar de ônibus, eu não tenho dúvidas disso. Eu tenho 65 anos, nasci e me criei em Porto Alegre, tenho sete mandatos; essa cidade, eu conheço bem, não é assim. Quem pode não anda

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

de ônibus; só anda de ônibus quem precisa. O que impacta, repito, não são as isenções; é como querer que o povo, que sofre por ter de andar de ônibus e não tem alternativa, seja considerado culpado de sua própria desgraça. É a vítima culpada do crime; é uma tradição brasileira culpar a vítima pelos delitos. O nosso povo sofrido é a vítima; tirar as isenções é uma crueldade. Esses empresários de ônibus estão cansados de ganhar fortunas ao longo dos anos; consideram as empresas como suas e, quando morrem, elas entram nos inventários. Vocês sabiam disso? Concessões públicas entram em inventário. Mas, como? Concessão pública? Então, os empresários, essa ATP que, ao longo dos anos, ganhou, são 60 anos mandando em Porto Alegre... tem horrores.... Eu vou dar um exemplo da barbaridade que é isso: se nós pegarmos os portadores de HIV e Aids - o Duarte colocou alguma coisa muito bem-feita sobre isso no nosso *chat* - nós vamos ver que Porto Alegre é a capital nacional da Aids e da infecção por HIV. Nós temos 58 infectados para cada 100.000 habitantes. Isso é o dobro da média do Estado e é três vezes a média nacional. Aliás, falar em média nacional, nós temos 5 vezes o número de mortes por Aids do que a média nacional. Cinco vezes, Porto Alegre, a capital do HIV e da Aids. Nós temos uma epidemia em Porto Alegre e nós vamos tirar dessas pessoas o direito de fazer o seu tratamento, de fazer, na verdade, a busca do remédio, de ônibus. Mas isso é inacreditavelmente cruel. Além disso, com todo respeito, não é uma política inteligente, porque vai estourar no setor público de novo, vai estourar no SUS. As pessoas sem fazer o tratamento adequado, na forma correta, vão adoecer mais e, lamentavelmente, vão se perder mais vidas. Infelizmente, na doença, usarão certamente muito mais o SUS. Eu estou dando esses dados dos portadores de HIV e Aids como um exemplo importante do impacto brutal e da crueldade que esses projetos possuem. Eu repito, eu conheço esse tema, eu ganhei na justiça, nós sabemos, nós debatemos muitos anos. Há outras pessoas que conhecem também, eu sei disso. Não é isso que impacta, vou concluir, não é a isenção que impacta no preço tarifário. E mais, se fosse a isenção, o governo deveria ter o mínimo de criatividade para buscar outras fontes de recurso. O governo adora criar isenções em outros setores, criar isenções para empresários, para devedores, para isso, para aquilo... Se fosse isso, realmente, então, deveria trazer recursos de outros setores para subsidiar a tarifa.



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Esses projetos, e aqui encerro, Presidente, deixando o meu abraço para todos e todas, são realmente muito ruins e cruéis, e a Câmara tem de rejeitá-los.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Sra. Marlowa Truss está com a palavra.

**SRA. MARLOWA TRUSS:** Boa noite, prefeito Sebastião Melo, vereadoras, vereadores, sou portadora de HIV há dez anos, sou usuária da isenção dos ônibus. É uma grande contradição considerar que as pessoas que vivem com HIV e Aids tenham poder aquisitivo, pelo menos quem precisa da isenção no transporte. A minha renda é o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, é um salário mínimo. Se eu gastar o meu dinheiro com o ônibus, como eu vou comprar comida? Como vou pagar meu aluguel? Como eu vou pagar minha conta de luz, que, no caso, está caríssima? Fora os remédios que eu preciso comprar por fora, que o SUS não fornece. E viver com Aids não é só viver com Aids. A Aids é uma síndrome em que pode haver várias doenças oportunistas, a rotina é bem difícil para quem não tem renda. Num dia, eu preciso marcar consulta; no outro, eu preciso fazer exames, buscar remédio; no outro dia, eu vou para o infectologista, vou para o psiquiatra, vou para o reumatologista, dermatologista, pneumologista. E assim vai, até algo novo aparecer no meu corpo. E quem consegue emprego numa realidade dessas? Ninguém. Nenhum empregador vai querer pagar por essas faltas. Sem falar que eu também não tenho condições de trabalho devido às minhas condições de saúde. Em nome de todas as pessoas que vivem com HIV, realmente necessitadas, eu agradeço do fundo do coração o espaço para falar às autoridades, para que se sensibilizem com a nossa situação e ajudem a não tornar a nossa vida mais difícil do que ela já está. Muito obrigada pelo espaço.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra. (Pausa.) A vereadora está com problemas na conexão. O Sr. Nelson Khalil está com a palavra.

**SR. NELSON KHALIL:** Boa noite a todos e todas. Boa noite ao prefeito Sebastião Melo, secretário Záchia, Cassio, presidente Ramires. Saúdo também o Presidente da Câmara,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Ver. Márcio Bins Ely, e todos os vereadores presentes. Já que nós temos deficientes visuais nos assistindo, quero começar me autodescrevendo rapidamente, eu sou um homem branco, cabelos, barba e bigode grisalhos, uso óculos, tenho cerca de 60 anos e estou usando uma camisa azul. Entrando na pauta, a primeira coisa que eu queria colocar é que nós estamos numa época atípica, estamos vivendo num momento de pandemia, e evidentemente que isso impactou todas as empresas e todos os setores da economia. Portanto, aí eu acho que está o primeiro equívoco: fazer um projeto de mudança num momento completamente atípico. É evidente que nós precisamos ter algumas alterações no transporte coletivo, que passa por uma crise no País inteiro, mas não acho que seja o momento adequado para isso exatamente em função de ser este momento atípico. Perdoem-me, esqueci de dizer que estou aqui representando o Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade e o Comdepa - Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre. E aí, entrando na questão da isenção, que é a pauta que a gente tem ali, na questão das doenças como a Aids, a tuberculose, essas isenções são fundamentais, e elas não são um gasto para o Município, pelo contrário, representam uma economia para o Município, porque um dos graves problemas na saúde é a falta de adesão ao tratamento. Se nós tirarmos a isenção no transporte dessas pessoas, elas deixarão de aderir ao tratamento e vai acabar havendo mais hospitalizações. E aí nós vamos ter um custo de vidas e um custo financeiro para o Município, que vai arcar com esse gasto nos hospitais. Esse é um ponto fundamental que tem que ser estudado, além da crueldade de negar esse tratamento, nós vamos ter um custo maior. Quanto às pessoas com deficiência, o recorte de renda para as pessoas com deficiência é completamente inadequado por um motivo que talvez as pessoas que não tenham uma deficiência não se deem conta: o nosso custo de vida é muito maior. Nós gastamos, por exemplo, com fraldas, que o Município não estava fornecendo até pouco tempo; nós gastamos com medicações que às vezes as farmácias do Estado não fornecem; nós gastamos com diversos produtos, com alimentações especiais, com dietas especiais, com uma série de coisas, e isso é um custo enorme para as pessoas com deficiência. O custo de vida da pessoa com deficiência é muito maior do que o de uma pessoa sem deficiência. Além disso, essa questão de limitação de passagens, de 60 passagens mensais, também vai ocasionar a falta de adesão

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

aos tratamentos fisioterapêuticos, aos tratamentos de recuperação física que a gente tem que fazer. Eu vou dar um exemplo, e vou usar a mim como exemplo, pois eu sempre brinco que eu não sou só pobre, eu tenho espírito de pobre, porque além de tudo eu gosto de andar de ônibus, e eu ando de ônibus todos os dias. Por exemplo, para eu sair daqui, amanhã eu tenho uma consulta no Banco de Olhos, para eu ir até o Banco de Olhos, na Zona Norte, de onde eu moro, eu tenho que pegar dois ônibus para ir e dois para voltar. Para eu ir até a casa dos conselhos, serão mais dois ônibus; para eu voltar, serão mais dois. Então, pegarei oito ônibus amanhã. E isso se repete com todas as pessoas com deficiência que precisam pegar ônibus. Porque aquelas que não precisam pegar ônibus não pegam. Porque, por exemplo, vocês sabem disso, os vereadores aqui, o secretário Cassio, o secretário Záchia sabem, a gente já teve reuniões acerca disso, o Ramires, eu já incomodei o Ramires quantas vezes? Os problemas que a gente tem para pegar ônibus? Todas as vezes que eu tenho que reclamar porque o elevador não funcionou, porque o motorista não quis pegar uma pessoa com deficiência - tem mais isso também -, então todos esses são problemas que a gente sofre e mesmo assim ainda querem nos tirar o direito de nos locomover. E com um detalhe a mais, dados oficiais da EPTC: o impacto disso é mínimo. É mínimo. É um impacto praticamente irrisório no valor da passagem. E o impacto para os cofres do Município, isso eu posso dizer com clareza, será muito maior, porque o que o Município vai gastar com saúde será muito mais. Sem falar, é claro, no que para mim é mais importante: o prejuízo em vidas humanas que nós teremos. Porque certamente isso vai acarretar perdas de vidas humanas por falta de adesão a tratamentos médicos. Então, por favor, solicito encarecidamente que retirem da pauta pelo menos essa questão das isenções. Por favor.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa noite, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, prefeito, movimento social e especialmente saúdo o Movimento de Luta contra a Aids, que resiste, há mais de 30 anos, neste País, contra a invisibilidade da agenda pública de debate. O transporte é um direito estabelecido na Constituição e ele deve ser compreendido pela

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

administração pública para além do cálculo contábil. Eu acho que é isso que está em discussão, a concepção sobre a forma de como está sendo feito o debate em relação ao transporte em Porto Alegre. É por meio do acesso ao transporte que se assegura uma efetiva participação a diversos outros direitos como educação, saúde, cultura, o gozo do direito à cidade. O PLE nº 015, que reduz, retira isenções de 9 das 14 categorias que contam com o benefício hoje em dia, se posiciona mais uma vez num processo de retirada de direitos, e especialmente sobre aqueles que mais precisam do Estado. É um debate - como o nosso Ver. Pedro Ruas bem explicitou - que, mais uma vez, se coloca dessa forma porque ele não quer atingir o centro do debate, que também tem que atingir os empresários, tem que atingir outros interesses econômicos que transmutam o debate em relação à mobilidade em Porto Alegre. O efeito que o PLE das isenções propõe será um comprometimento de forma efetiva na vivência de milhares de pessoas a conseguir viver a sua cidadania de maneira plena na cidade. Para além dos efeitos gerais dos grupos afetados, das mudanças propostas, também destaco: a questão sobre os idosos, que só terão sua gratuidade, conforme a legislação federal, a partir dos 65 anos; a questão da população com deficiência; os milhares de idosos com mais de 65 anos que terão a limitação de 60 passagens por mês; os estudantes que vão perder o direito ao meio passe; e principalmente as pessoas que vivem com HIV e Aids. Eu ressalto aqui, com ênfase, exatamente a fala que perpassou aqui por várias intervenções: só usa o transporte público de Porto Alegre quem precisa. É falso o debate de que nós temos pessoas que têm dinheiro e que usam o transporte para poder ter o direito a uma isenção – isso só pode falar um agente do poder público que não usa o transporte público. Eu uso o transporte público e posso falar que um ônibus que não tem horário, que não tem qualidade, que tem vários problemas, só utiliza quem precisa. Nós temos um problema? Nós temos, mas temos que saber por onde nós vamos afetar o debate na sua centralidade, ele não pode ser taxando, mais uma vez, aquelas pessoas que mais precisam do poder público.

Eu quero lembrar o prefeito e os meus colegas vereadores e vereadoras de que Porto Alegre é a capital com a maior incidência de Aids, e possui uma taxa de detecção de novas infecções de 58,5%, o que é três vezes maior que a média nacional. Quando nós falamos da mortalidade, os nossos dados são ainda piores e mais alarmantes, pois somos a capital

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

com o maior número de óbitos, com 22 óbitos a cada 100 mil habitantes – isso é cinco vezes maior que a média nacional, conforme os boletins epidemiológicos atuais. Isso demonstra que esse debate não pode ser feito numa simples análise contábil. É preciso humanidade para a gente poder pensar uma alternativa ao debate que está posto que não destrua a condição de cidadania e de qualidade de vida daqueles que precisam do poder público. As isenções do transporte para as pessoas que vivem com HIV e têm baixa renda é o que garante as condições de manter a frequência a diversas consultas, como foi explicitado aqui, realizar exames, buscar os remédios numa das oito unidades dispensadoras de remédios mensal ou bimestral na cidade. Isso é importante dizer, porque não é simplesmente eu ir à unidade de saúde da minha esquina para buscar um remédio, não é assim que funciona, o remédio para hepatite, a farmácia do Estado, enfim. A retirada das isenções dessa população significa dificultar ou inviabilizar tudo isso, agravando o quadro clínico; aumentando os riscos de comorbidades e de infecções oportunistas; gerando um caos da demanda longa por internações, como bem disse o Ver. Pedro Ruas, é uma coisa que vai estourar lá em outro ponto, que é no Sistema Único de Saúde. Do ponto de vista da saúde coletiva, representa nós darmos um passo atrás à prevenção de infecções do combate à Aids, que nós lutamos bravamente para que nós pudéssemos conter. Eu tenho, inclusive, algumas emendas que já apresentei a esse projeto.

Para concluir, nós não podemos fazer um debate que anule as lutas que foram construídas nos últimos 30 anos na cidade e no País. O debate de quem tem direito a isenções não é simplesmente uma lei, é um processo de luta de um setor da sociedade e de um debate travado, que levou com que essas pessoas tivessem esse direito. E retirar esse direito não pode ser um processo somente de dizer que as contas não fecham. Tenhamos uma outra compreensão para fazer esse debate de uma maneira adequada. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Laura Sito. A Sra. Claudia Luz está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

**SRA. CLAUDIA LUZ:** Boa noite a todos, boa noite ao Sr. Prefeito, a todos os vereadores, colegas e conhecidos. Eu sou uma pessoa de 63 anos de idade, vivendo com HIV, sou deficiente parcial de surdez, me mantenho apenas com R\$ 91,00 do Bolsa Família, não estou recebendo auxílio emergencial desde agosto de 2020, quando fui incluída na Lei n.º 13.982, na qual eu não estou incluída, tenho quatro CIDs, que me proíbem expressamente de trabalhar. Eu faço consulta na Santa Casa; eu retiro remédio no Ambulatório Dermatológico; remédio no Santa Marta; consulto no posto perto de casa; faço os exames de laboratório da UFRGS, na Av. Ipiranga. Se me tirarem o passe livre, eu vou de que jeito? Com isso, a minha imunidade vai baixar – todos, não só eu –, nós vamos todos adquirir a Aids, vamos vir a morrer, nós vamos superlotar os hospitais. Quem vai pagar essa conta? Somos nós.

Um lembrete, quando foi feita uma licitação para novos empresários virem para Porto Alegre trazer novos ônibus, os empresários de Porto Alegre gritaram que não havia necessidade de empresários de São Paulo trazerem os BRTs para cá. Eu sou contra a retirada de isenção do passe livre das pessoas com HIV e Aids, muita gente não confessa que tem por discriminação com a família. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Claudia. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, diretor-geral, diretor legislativo Luiz Afonso, saúdo o prefeito, que fez a introdução inicial, secretário Luiz Fernando Záchia, a todas entidades representadas aqui, colegas vereadores e vereadoras. Não é só emocionante ouvir esses relatos, é mais do que fundamental de o governo ter a compreensão do apelo que fazem as pessoas que estão aqui representando suas entidades. Baseado no que o seu Nelson e a Marlova falaram e no que a Claudia Luz agora relata, que dialoga com a apresentação inicial dos nossos estudantes, defender o Tri não é só defender a educação, defender a vida, defender a exclusão social, defender o acesso para que as pessoas continuem tendo continuidade de vida, porque as pessoas, muitas vezes, trancadas nesse processo, não poderão continuar

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

seu tratamento. Está claro aqui o depoimento, oito passagens diárias, seu Nelson, vão lhe dar somente duas – isso é um crime contra a humanidade! Portanto, quero reforçar aqui, prefeito, secretário Záchia, vamos ampliar esse debate, vamos reconhecer que a Câmara pode oferecer, através da Comissão Especial, que está sendo instalada agora, nesta semana, para ouvir diversos segmentos, coisa que o governo não fez, está fazendo agora. Mas numa audiência pública de duas horas, não há como compilar tudo isso e poder mandar uma Mensagem Retificativa. De 14 isenções, ficam 5 e saem 9. Meu Deus, aonde a Brigada Militar, em serviço, é mais importante que professor, educador; do que uma pessoa com deficiência, do que a pessoa portadora de HIV ou Aids? Cá para nós, não há como apressar um processo de tamanha ousadia, que vai representar sabem quanto na redução da passagem? Vinte e um centavos! Vinte e um centavos! Quando retiraram a gratuidade da segunda passagem, não baixou nada. Agora até a segunda passagem entra dando limitador. E mais do que isso, como o seu Nelson falou, 60 passagens/mês? Se ele, às vezes, utiliza 4, 5, 8 por dia. Então, têm certas coisas... E creio que o maior erro do governo Sebastião Melo – que foi nosso colega vereador, sabe como acontece a vida da cidade, o debate na Câmara – é querer votar em 30 dias um projeto de tamanha repercussão social e econômica das famílias, numa época em que a pandemia destruiu lares, destruiu o sustento familiar. Antes era uma realidade do poder aquisitivo das pessoas, hoje é completamente diferente, pelo número de pessoas desempregadas, as pessoas que faliram, pessoas que adoeceram, pessoas que estão com enormes sequelas do pós-Covid, estão se tratando e não têm dinheiro nem para fazer uma fisioterapia, não conseguem porque o governo não tem um programa de recuperação pós-Covid. Aonde nós estamos? Vocês querem é ajudar a acabar com aquele compromisso pontual que o governo tem com a sociedade. As terceirizações, as privatizações, parece que tudo agora virou moda; moda para os capitalistas, vamos, por favor, dialogar com a sociedade.

Aqui, um apelo de um vereador que vive, que milita na periferia e conhece essa dura realidade em que estão hoje, onde o governo não consegue ir nas periferias, o governo está no Centro Histórico, com a política dos grandes empresários, com projetos da orla do Guaíba, vamos andar mais para as camadas menos aquinhoadas, sofridas e atingidas profundamente pela pandemia! E vamos valorizar isso. Portanto, nesta breve manifestação,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

reforço a necessidade de abrir mais possibilidades de debates, e construir esse debate a cada segmento que está se sentindo excluído, de ver a viabilidade de atender a essas demandas pontuais, ora apresentadas, e mais do que isso, perceber que isso é de extrema importância: ter uma relação do poder público com a sociedade, não a eliminar, acabar com ela na medida em que ele não quer dialogar; favorece o grande empresariado, os grandes consórcios e infelizmente atinge profundamente a sociedade de uma forma geral. Não é justo, jamais, tirar a gratuidade das pessoas com deficiência, portadoras de HIV, e, mais do que isso, dos idosos, que retiraram a gratuidade dos 60 aos 65 anos de idade e não interferiu na redução da passagem. O governo adotou o critério de tudo para concessionárias e nada para os que mais precisam, inclusive com a redução de ISSQN, o aumento do tempo de vida da renovação da frota e uma série de benesses, até então para a redução das passagens. Olhem o que o governo quer fazer: eliminar os cobradores, acabar com a Carris! Por favor, vamos devagar, vamos devagar que o santo pode ser de barro, vamos ter um mecanismo de diálogo, de compreensão e de compor uma proposta melhor que contemple os principais segmentos que seriam atingidos, e eu diria mais do que isso, eles se sentem desprestigiados com o governo que está aí e que entra em desgastes históricos com a perda de direitos para a sociedade.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Rodrigo Duarte está com a palavra.

**SR. RODRIGO DUARTE:** Obrigado, Presidente. Boa noite a todos e a todas aqui presentes, sou coordenador do Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais da UFRGS, também faço parte da União Estadual dos Estudantes. Tratando-se da retirada do meio passe estudantil, queria propor algumas reflexões, pensando em alguns exemplos práticos da questão. Vamos pensar, por exemplo, num estudante da UFRGS que tem aula todo dia tanto no Campus Centro quanto no Campus do Vale, ou seja, esse estudante, basicamente, pega todo dia três ônibus: de casa até o Campus Centro, do Campus Centro até o Campus do Vale e de lá até a sua casa. Basicamente três passagens por dia, R\$ 15,00 por dia; a gente trazendo a cinco dias por semana, dá R\$ 75,00 por semana, o que dá R\$ 300,00 por mês. Mesmo para um estudante que tenha uma renda um pouco maior



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

do que esses R\$ 1.500,00 familiares que são propostos hoje, mesmo se a gente for pensar num estudante de universidade privada, que na maioria são estudantes que trabalham para pagar sua universidade, como foi demonstrado agora durante a pandemia, quando, com o aumento do desemprego entre a juventude, aumentou também enormemente a evasão nas universidades privadas, um caso extremamente aterrorizante que aconteceu no nosso País em relação a isso, sabendo que os estudantes de universidades privadas, na sua maioria, são trabalhadores, que trabalham para, de fato, pagar a sua universidade, ganhando R\$ 1.600,00, R\$ 1.700,00, também indo de casa até o trabalho, do trabalho até a faculdade e da faculdade para casa, é esse mesmo cálculo, são R\$ 300,00 por mês que esse estudante vai pagar. A questão que eu quero botar aqui é justamente que a gente tem que parar para pensar no impacto real que isso tem nos estudantes, qual é alternativa que eles vão ter? Enfim, eles não têm como se locomover até o lugar onde eles estudam e até o lugar onde eles trabalham. Então, se eles não tiverem dinheiro para pagar, R\$ 300,00 por mês, que numa renda de R\$ 1.600,00, R\$ 1.700,00 é uma proporção enorme, ainda mais na situação econômica que a gente vive na nossa cidade, no nosso País, hoje, a opção que esses jovens vão ter vai ser, de fato, a de largar os estudos, de largar a faculdade. Isso tem um impacto gigantesco, até porque a gente sabe hoje que a produção científica toda do nosso País vem das universidades. Então, acho que é muito grave a gente estar discutindo esse projeto, por dois lados: por esse lado que eu estou falando, porque esse é um projeto que aumenta enormemente a evasão estudantil das universidades, principalmente dos que estou falando aqui, mas óbvio que também das escolas; e por outro lado, como já foi posto aqui também, é um projeto que não diminui o preço da passagem, é um projeto que diminui o número de frequentadores do transporte público. O Airton trouxe aqui o estudo da empresa júnior da economia da UFRGS, e o estudo mostra que cerca de 20% dos estudantes iam parar de usar ônibus, iam, enfim, encontrar outras maneiras de andar, e diminuindo os frequentadores de ônibus, por consequência, também aumenta o preço da passagem. Então, no geral, esse estudo também comprova que a diminuição da passagem com a retirada do meio passe estudantil ficaria entre dois e três centavos. Tudo isso com a consequência, como eu também falei, de aumentar a evasão estudantil.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

É uma coisa absurda, é um projeto que aumenta a evasão, diminui a passagem num nível irrisório e tudo isso para pretensamente acabar com os privilégios de pessoas que já são as pessoas que não usam ônibus. É um projeto que, no geral, não faz sentido nenhum, a gente parando para pensar, ele não tem benefício econômico, não tem benefício acadêmico, científico, não tem benefício social, basicamente é apenas um discurso que a gente ouve pela questão do ônibus e de combater privilégios, que são privilégios que não existem, essas pessoas não usam ônibus, são pessoas que não precisam usar ônibus e de fato não usam, como já foi falado aqui.

Queria pedir muita lucidez para todos os vereadores, para o Sr. Prefeito, na tomada de decisão desse projeto. É muito importante a gente ter em conta o impacto real que isso terá na vida das pessoas, em especial na vida dos estudantes. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vamos revisar os inscritos. Ainda temos: Rian Silva Rodrigues, Paulo, do DCE da Ulbra, José Bernardi, Vitória Cabreira, Lincon Fonseca, Darlan Castilhos, Rubens Raffo, Mateus Vicente, Flávio Peres da Cunha e Gina Hermann. Se mais alguém quiser se inscrever... Vi, no *chat*, que alguém está colocando um *hashtag* atrás do outro. Nós já entendemos a mensagem, via *chat*, dos *hashtags*, mas eles atrapalham o controle dos inscritos, então peço a compreensão. A Ver.<sup>a</sup> Karen também se inscreve.

O Rian Silva Rodrigues está com a palavra.

**SR. RIAN SILVA RODRIGUES:** Boa noite a todos, sou do Diretório Acadêmico da Comunicação da UniRitter. Estamos aqui para deixar claro nosso total repúdio à proposta da retirada do meio passe estudantil. Isso seria um enorme retrocesso para um direito conquistado tão duramente pelos estudantes. Sabemos que para boa parte dos estudantes o meio passe é o único jeito da garantia da chegada na escola ou na universidade, e também é de se espantar que essa proposta tenha ganhado corpo logo agora onde se está tendo a perspectiva de volta gradual das aulas presenciais. Se a proposta for aprovada, certamente veremos o número de evasão escolar subir no futuro. Reduzir esse direito apenas àqueles que são considerados os mais necessitados também não irá garantir que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

atenda todos que realmente precisam, além de ser um ataque direto da cidade para a juventude. Aprovar isso é fechar os olhos para a situação em que a população se encontra, em um cenário de aumento do custo de vida – a comida está mais cara, o gás está mais caro, a luz está mais cara –, e quando essas coisas tão banais estão em jogo, sabemos que para a juventude o direito à educação não vai ser priorizado, outras coisas vão entrar no lugar. A passagem está beirando os R\$ 5,00 e o custo de se deslocar diariamente pela cidade é enorme. Não tem outra maneira de ver essa proposta senão como um retrocesso. A juventude não quer isso, lutaremos contra o retrocesso de direitos já garantidos, até para que possamos conquistar novos, no futuro, como o passe livre, por exemplo. Agradeço o espaço.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. O Paulo Schonhorst, do DCE da Ulbra, está com a palavra.

**SR. PAULO SCHONHORST:** Olá, tudo bem? Sou do Diretório Central de Estudantes da Ulbra, sou estudante prounista, morador da Zona Norte de Porto Alegre, como usuário do transporte público de Porto Alegre recebo isso com muita tristeza, mas não surpresa, porque parece que há na Prefeitura uma sequência, de quando era o Marchezan na Prefeitura, continua o mesmo ataque aos estudantes como vinha acontecendo. Então, não é surpresa, parece que a gente já esperava isso. O que eu queria destacar aqui: sou estudante da Ulbra, em Canoas, a gente tem hoje na nossa universidade, por exemplo, muitos estudantes vindos de Porto Alegre, que moram em Porto Alegre - eu sou um deles - e parece que para a Prefeitura a gente não existe para a cidade. A gente pode morar em qualquer canto da cidade, mas a gente não tem direito a viver ela. Chega a ser um absurdo, pensar que a gente se desloca pela cidade, a gente quer viver a cidade também, mas a gente não é visto, não é percebido pela Prefeitura. O que também me entristece é de ver como a gente não tem acesso ao lazer, a gente vê diversos casos de jovens que tentam, nos finais de semana, acessar os espaços que estão sempre em áreas centrais, a gente tem muitas áreas periféricas, que não têm acesso a espaços de lazer adequados, e quando acessam é com muita dificuldade. E agora um dos principais meios que a gente tem de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

acessar a cidade, que é o meio passe, nos domingos e feriados, porque a gente não vive só aquele espaço da universidade, a gente quer viver a nossa cidade, quer viver o lazer que a cidade tem para proporcionar. E a partir desse projeto, que é excludente, não só para os estudantes, mas para muita gente que precisa também, a gente vai ter esse direito negado.

Além disso gente, eu fico pensando... A Prefeitura fala em subsidiar, com essa redução, terá R\$ 20 milhões de economia, diminuindo 21 centavos. A passagem hoje já é muito cara, menos 21 centavos, continua muito cara ainda. Eu fico pensando, por que que a Prefeitura... Nós não somos os culpados, sempre somos colocados como culpados; o povo, que trabalha, o povo é quem precisa do transporte, como foi bem colocado aqui, a gente precisa do transporte, a gente não usa ele só porque quer, porque se ele fosse bom, se ele chegasse na hora, se não viesse lotado, sem nenhuma condição, inclusive, de a gente se cuidar dentro deles, porque vêm sem álcool para a gente se proteger da covid, vêm sem o mínimo preparo, falta higienização nos terminais de Porto Alegre. A gente não tem esse preparo, não tem um transporte de qualidade, e ainda assim, quem tem que pagar essa conta, somos nós. Eu sou um jovem trabalhador, também, então, quando eu estou num espaço de folga, eu gostaria de poder pegar um transporte de qualidade que chegasse no horário, que não passasse de uma hora, uma hora e meia, que pudesse chegar na minha casa, com um ônibus só, que não tivesse que pegar dois, porque não têm mais depois das 18h e diversas outras coisas. Mas a gente percebe que o governo não está nem aí para a gente, ao invés de pensar em políticas públicas que consigam fazer com que essa tarifa seja menor, ele só vai sempre contribuindo para que ela aumente, para depois ele botar nas nossas costas que o valor está alto; ou seja, nas nossas costas, nas costas da Carris, nas costas dos cobradores. A gente precisa lutar em defesa do meio passe, em defesa do Tri escolar, e acho que é preciso a gente se unir, em prol de todos que estão perdendo seus direitos. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado, Presidente, Márcio Bins Ely. Quero cumprimentar todas e todos os vereadores presentes e também os representantes do governo municipal. Eu quero dizer aqui à comunidade de Porto Alegre que estou escandalizado. A proposta do governo em nada dialoga com os que mais precisam do transporte público; ela é uma proposta preocupada apenas em manter a sobrevivência de CNPJs, de empresários que estão há mais de 60 anos na capital, ganhando dinheiro, com as pessoas andando em ônibus como se fossem sardinhas. Eu sou usuário do transporte, falo com propriedade, fiz todo o meu ensino médio usando ônibus, o Juca Batista, que era lotado, no horário que a gente saía da escola; fiz o ensino superior graças ao meio passe, se não fosse o meio passe eu não teria condições, porque não dão trabalho para jovens. Então, vocês imaginem as famílias que já têm renda reduzida, têm dois ou três filhos, poderão perder o meio passe, porque não vão se enquadrar no padrão do governo. O padrão do governo não são todas as trabalhadoras e trabalhadores, o padrão do governo é manter a taxa de lucro que existe hoje para os empresários. Os empresários não querem perder de ganhar os seus R\$ 300 milhões ou R\$ 400 milhões, eles não vão baixar para R\$ 200 milhões; eles não se contentam em ganhar só R\$ 200 milhões. Vocês estão compreendendo a dimensão da coisa? Para manter a lucratividade de poucos. As pessoas, infelizmente, que têm doenças terríveis, como o HIV, vão perder o seu direito de tratamento. Eu vi o governo Marchezan fechar postos de saúde, e as pessoas com várias enfermidades, pararem de fazer o tratamento de várias doenças, porque não conseguiam ir até outros postos de saúde, porque são distantes; é o caso das pessoas que moram na Av. Orfanotrófio, que até hoje não têm o seu posto de saúde; é o caso das pessoas que moram na Vila Tronco e até hoje não têm o seu posto de saúde, porque foi fechado. Então, vocês imaginem agora, por lei, as pessoas que são pobres e que têm uma doença terrível, como o HIV, esse vírus, que carregam esse vírus, não vão poder mais fazer os seus tratamentos. Eu ouvi aqui a Paloma falando... Paloma, receba a minha solidariedade. Nós vamos lutar nesta Câmara para que isto não passe, para que vocês, que precisam de transporte... Essas são as pessoas, prefeito Melo, que precisam do transporte, não é o dono da empresa que precisa do transporte, não são os donos da Trevo, da Tinga e da VTC que precisam do transporte, não são eles, eles não precisam, eles já são milionários, têm dinheiro de montão

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

e contas no exterior, sei lá quanto patrimônio eles têm, eles não precisam! Quem precisa são o filho da estudante, a estudante, o filho da operária, do operário, que conseguiram, por cotas, entrar na UFRGS. E aí, agora, os que não gostam de cotas estão dando um jeito de bloquear os cotistas de terem o seu direito de acesso à educação. Na verdade, essa proposta aí, é também uma proposta contra os cotistas da universidade pública - eu percebo isso, vocês perceberam isso, que há meandros nisso tudo? Há, na verdade, um verniz. Qual é o verniz? Qualificar o transporte. Essa é a frase do governo. Mas, de fato, não vai qualificar, vai continuar o transporte sucateado, vai continuar o transporte com poucos ônibus circulando. E, nesta pandemia, os ônibus, na verdade, os empresários fizeram da população um fantoche, eles tiraram linhas, eles tiraram horários, e até hoje o Sr. Sebastião não resolveu nada a favor da população, pelo contrário, ele foi lá e injetou R\$ 16 milhões nas empresas privadas, e fica falando mal da Carris, dizendo que na Carris não pode injetar dinheiro. Prefeito, o senhor, nesse quesito, está muito mal assessorado. Eu espero que o senhor, a partir das falas que nós ouvimos hoje, das pessoas de vários lugares da cidade, de vários setores que não podem perder as suas isenções, se sensibilize. O senhor foi vereador desta Casa, o senhor sabe que a voz do povo tem que ser ouvida.

E quero encerrar a minha fala, dizendo das professoras e professores, Prefeito, nós temos mais de 250 escolas estaduais do Município, e são elas que garantem o ensino fundamental e ensino médio, ensino médio é praticamente só o Estado. Nós temos duas escolas municipais que o senhor está querendo fechar, o Instituto Federal e o Colégio de Aplicação Federal, o resto são escolas estaduais. Os professores de escolas estaduais estão há sete anos sem reajuste salarial, sem reajuste, sabem o que é isso? Salários congelados, eles estão recebendo 50% a menos do que eles recebiam em 2014. E aí, o senhor agora quer tirar o meio passe dos professores que garantem a educação no Município! Vejam, gente, essa proposta é terrível! Ela não pode passar, vereadoras e vereadores! Eu quero convidar a vocês, colegas aqui da Câmara, a se sensibilizarem! Nós não podemos acabar com a educação neste Município e atacar os mais vulneráveis, tirando as isenções. Por favor, governo Melo, veja esta frase: por favor, eu, vereador de oposição, estou pedindo, por favor, retire este PL da Câmara, este PL não é a favor de 1,5 milhão habitantes, é a favor de onze

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

famílias de supermillionários que operam o transporte. Deixo aqui o meu abraço a todos e todas, e peço mais uma vez: por favor, respeite o povo trabalhador da capital. Obrigado.

**PREFEITO MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. José Bernardi está com a palavra.

**SR. JOSÉ BERNARDI:** Boa noite a todos e todas, quero saudar os vereadores e vereadoras da cidade de Porto Alegre, as organizações estudantis que estão presentes aqui e outras organizações que também fazem parte da nossa audiência pública. Eu sou José Bernardi, moro em Porto Alegre há 30 anos e há 22 anos me dedico à causa da prevenção do HIV e do acompanhamento de pessoas que vivem e convivem com Aids numa instituição, que se chama Casa Fonte Colombo. Nós estamos localizados aqui no 4º Distrito e, nesses 22 anos, nós vimos muitas pessoas vivendo, muitas famílias tocadas pelo HIV e pudemos também estender a mão, acompanhar essas pessoas e também permitir e ajudá-las a continuar vivendo apesar do HIV. Nós ficamos sabendo deste projeto de lei, que retira esse direito, essa isenção das pessoas que vivem com HIV de usarem o transporte público de Porto Alegre, especialmente, para fazer o seu tratamento. Eu não vou repetir aqui os dados que já foram desfilados para a nossa audiência, mas eu gostaria de compartilhar e refletir sobre três pontos e deixar, pelo menos, a minha contribuição nesse sentido para o governo municipal, que é o autor do projeto. O primeiro ponto é que Porto Alegre assinou uma Carta de Paris, comprometendo-se, juntamente com duzentas cidades do mundo, para fazer o enfrentamento da Aids e acabar com a epidemia da Aids até 2030. E o prefeito Sebastião Melo era o prefeito em exercício e foi quem assinou essa carta. Basicamente, a Carta de Paris coloca a questão de que a estratégia do enfrentamento da Aids se baseia na adesão ao tratamento, no uso correto dos antirretrovirais e no tratamento das doenças que, às vezes, estão juntas na pessoa com HIV, fazendo com que as pessoas possam viver, que as pessoas possam continuar vivendo e, sobretudo, interrompendo o processo de transmissão do vírus, porque uma pessoa em tratamento, ela tem a carga viral indetectável, tendo a carga viral indetectável, ela tem quase zero por cento de passar o vírus para outras pessoas. Aquilo que o movimento de Aids sabe bem, indetectável é igual a intransmissível. Então, essa é a estratégia que foi assumida que é colocada como forma

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

de vencer a epidemia, e retirar a isenção do transporte das pessoas, para elas poderem fazer o tratamento, vai exatamente na contramão disso, porque vai impedir que as pessoas tenham acesso aos serviços de saúde, que possam ir buscar a medicação, possam frequentar ambientes onde elas podem se apoiar mutuamente para poderem continuar vivendo, superando estigma, discriminação que ainda está presente na vida dessas pessoas.

O segundo ponto que eu quero dizer é que na proposta que nós vemos, e agora escutando também as outras pessoas, os outros movimentos, as outras instituições, a gente está diante exatamente de uma situação de um barato que vai custar caro. Por quê? No caso específico, que eu conheço bem, das pessoas que vivem com HIV e Aids. Uma pessoa que não toma o remédio, que não faz o tratamento inevitavelmente vai adoecer vai ter problema de saúde e vai estourar exatamente nas unidades, no serviço de saúde que vai precisar tratar dessas pessoas, internar com custos altíssimos.

E, por último, o terceiro ponto é que a isenção do transporte não garante somente o acesso ao tratamento das pessoas com HIV, ela permite o acesso a outros direitos, a outros serviços, a outros benefícios para essa população e para outras. Então, eu agradeço muito a possibilidade de falar em nome dessas pessoas e espero que haja sensibilidade por parte do governo e dos vereadores para que não retirem essa isenção garantida através de uma lei municipal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Darlan Castilhos está com a palavra.

**SR. DARLAN CASTILHOS:** Boa noite a todos, em nome da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, quero pedir desculpas pela ausência dela, ela teve uma incompatibilidade na agenda e pediu para eu representá-la nesta audiência de hoje. Algumas falas aqui já estão em convergência com o que a gente está propondo também em duas emendas, a Emenda nº 04 e a Emenda nº 05. E pegando o gancho do frei Bernardi, quero cumprimentá-lo, frei, sobre sua fala, com relação à política pública para as pessoas com HIV e Aids. Já é discutida há muito tempo no Município de Porto Alegre a falta de políticas públicas de incentivo ao combate da transmissão do HIV e da Aids. Já não é novidade que a gente deixa a desejar nesse critério.



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Temos que ressaltar também a questão do transporte das pessoas para a adesão ao tratamento, é a questão das unidades de dispensação de medicamento que são quase todas centralizadas. São muito poucas delas que estão nos bairros e nas comunidades das periferias aqui de Porto Alegre. O exemplo é de uma pessoa que mora na Restinga, o local mais próximo para ela conseguir fazer a retirada de seu medicamento é no Posto da Cruzeiro. Quem vai ser mais atingido por este projeto é a camada mais pobre da população. Eu quero alertar também que as pessoas que fazem o tratamento adequado com a TARV, tratamento antirretroviral, elas não transmitem mais o vírus do HIV, isso já é definido e foi também falado pelo frei Bernardi, a questão do I=I - indetectável é igual a intransmissível, podendo ter uma vida normal como qualquer outra pessoa. E é isso que a gente está buscando aqui no Município de Porto Alegre. É uma obrigação do Município deste tamanho, deste porte, fazer com que as pessoas sejam muito incentivadas a fazer o seu tratamento e que essas pessoas possam ter o direito ao atendimento em saúde, mas também o direito de se deslocarem para que sejam tratadas.

Também iria ressaltar o que já foi falado aqui, que, em 2015, o prefeito Sebastião Melo assinou a Carta de Paris, comprometendo a cidade de Porto Alegre com o tratamento, com a busca de tratamento e o fim das infecções até 2030. Por isso, eu venho aqui fazer um apelo para que as emendas da Ver.<sup>a</sup> Cláudia, a Emenda nº 04 e Emenda nº 05, que fala sobre a isenção das pessoas com HIV, sejam aprovadas pelo governo ou que o Poder Executivo volte atrás e reconheça a importância de manter a isenção para essas pessoas poderem se tratar. Referente aos custos do tratamento, que são da Federação e do Estado do Rio Grande do Sul, acaba sendo mais barato para o Município dar a passagem do que manter as pessoas hospitalizadas, ocupando os leitos, o que pode ser evitado. Uma boa-noite a todos, espero que tenhamos uma boa audiência.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Darlan. A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa noite, todos e todas, quero iniciar saudando a presença dos estudantes nesta audiência, saudar também a presença das organizações

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

e das entidades que representam as pessoas com necessidades especiais, a entidade dos surdos que eu vi que já se manifestou pelo *chat* e também as entidades que representam as pessoas que vivem com HIV. Quero iniciar colocando o debate de que a crise da gestão do transporte é anterior ao debate das isenções. A gente não pode simplesmente se apoiar nos cálculos que são apresentados pela Associação dos Transportadores de Passageiros para dizer que o problema são as isenções, visto que, a gestão ao ser privada e a gente não ter uma resposta das auditorias que foram contratadas, a gente não pode confiar nos dados que são apresentados pela ATP. São dados fraudulentos, são dados que vêm sendo investigados pelo Ministério Público e pelo Ministério Público de Contas. Inclusive, ainda está no prazo para a Prefeitura se manifestar se vai ou não vai assumir, tem uma liminar hoje encaminhada à Prefeitura de Porto Alegre, requisitando que ela assuma a gestão do sistema de bilhetagem. Isso é pressuposto para fazer qualquer análise, para detectar qualquer situação de crise, para a gente conseguir repensar a lógica do transporte, porque foram anos de incentivo ao transporte individual. Transporte coletivo é direito, nós temos que, sim, garantir que isso aumente o número de passageiros, que o transporte coletivo seja competitivo. E isso vai de encontro com as propostas que o governo Melo vem trazendo, que são as mesmas propostas que o governo Marchezan já trouxe anteriormente, propostas essas derrotadas nas urnas. A população de Porto Alegre não elegeu o Marchezan, e, novamente, a gente a tem que fazer esse tipo de discussão sem ter uma análise concreta de qual é a situação, hoje, da gestão do sistema de bilhetagem. São muitos recursos que entram ali. Inclusive, esses recursos que foram sugeridos pelo secretário de Mobilidade Urbana, de que as passagens não gastas sejam revertidas para modicidade depois de um prazo, para isso, secretário Záchia, tem que ter gestão pública e transparente. Hoje, nós não temos acesso aos rendimentos dos saldos antecipados, das aplicações, dos recursos da publicidade, enfim, diversos pontos do contrato estão sendo descumpridos e a Prefeitura não está fiscalizando; não fiscalizou na gestão do Marchezan, novamente não vem fiscalizando e vem colocando o peso da crise naqueles que usam transporte coletivo, naqueles que sustentam, hoje, essa lógica de transportar massivamente os trabalhadores na nossa capital - uma capital que já é extremamente segregada.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Parece que a Prefeitura quer que as pessoas voltem a andar a pé. Porque é isto que vai acontecer: vai ter mais pessoas utilizando carros, motos, mais pessoas excluídas e andando a pé. Assim como a gente vê o que está acontecendo com a energia. O Brasil é um dos maiores produtores de energia elétrica do mundo e as pessoas estão voltando a cozinhar à lenha, está voltando uma tarifa alta de energia, e as pessoas não estão conseguindo utilizar todos os recursos que hoje estão disponíveis para nós. É um anacronismo muito grande o aprofundamento com esses projetos que vocês vêm trazendo para nós, pois as pessoas não vão conseguir acessar qualidade de vida, a cidade, emprego, os espaços de lazer. Isso vai se desdobrar ainda mais em exclusão. Esse projeto não nos representa.

Como diminuir o valor da passagem? Alocando os recursos das publicidades; tendo controle público e auditando as empresas privadas, para que a gente tenha acesso às aplicações financeiras milionárias, as quais, hoje, deixam de ser investidas para a qualificação do transporte; subsídio, sim. Tem que subsidiar transporte, não pode ser só o trabalhador, na roleta, pagando a tarifa, tem que ter incentivo ao transporte coletivo. Foram anos de incentivo ao transporte individual. A gente precisa subsidiar, mas, para isso, tem que ter controle público. Não dá para dar dinheiro para empresas privadas que rompem contrato, que não cumprem aquilo que está na legislação, que desrespeitam o povo de Porto Alegre, no meio duma pandemia, retirando as linhas de forma unilateral, avisando a EPTC depois. Isso é uma vergonha, é um escândalo. Eles mandam e desmandam nesta cidade e ninguém fala nada; atacar o lucro, que está previsto em contrato, desses empresários. Nós estamos numa crise, mas eles têm a taxa de lucro deles garantida por contrato. Temos que reverter essa situação também; e acho que pensar essas contrapartidas pela perspectiva de quem usa o transporte coletivo, pela perspectiva da população. Precisamos ouvir a população. Eu saúdo as pessoas que se organizaram para vir para esta audiência pública; a audiência pública é um espaço não só de diálogo, é um espaço de síntese. Quer dizer, que sínteses a gente vem produzindo nesses debates que a gente produz, para analisar os projetos que o governo traz para nós? A audiência pública tem que ser considerada. Eu não vi, até agora, nenhuma intervenção que defenda a necessidade desse projeto. Diálogo não é só garantir espaço protocolar para encaminhar

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

projeto; é garantir síntese. Eu acho fundamental considerar esses apontamentos que o nosso mandato vem trazendo há muito tempo - a gente já apresentou essas denúncias aos órgãos fiscalizadores -, já que a Câmara de Vereadores é também um espaço de fiscalização.

E eu convido os colegas vereadores a também se preocuparem com a gestão privada do transporte. Porque tudo aquilo que norteia o debate da crise pode estar se dando de uma forma equivocada. Essa é uma preocupação nossa. Porque isso vem onerando os cofres públicos, isso vai prejudicar ainda mais a população, isso pode privatizar a Carris, uma empresa de 149 anos, isso pode extinguir postos de trabalho que são fundamentais para a garantia da qualidade do transporte, que é a função do cobrador. Então, a gente tem que refletir sobre isso - qual é a natureza da crise do transporte? – e ter projeto que enfrente isso. No nosso ponto de vista, tem que ter incentivo ao transporte individual; enfrentar o debate da regularização dos aplicativos; e, para concluir, que as empresas privadas sejam auditadas. E que sejam encaminhadas essa série de proposições que a gente vem elaborando; proposições essas que a gente entende que são fundamentais para que a população volte a ter o controle do transporte coletivo. Então, seriam essas as nossas colocações. Obrigada e boa noite a todos e todas.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Sra. Vitória Cabreira está com a palavra.

**SRA. VITÓRIA CABREIRA:** Eu quero, primeiro, agradecer o espaço, acho que este é um importante momento para nós discutirmos sobre a importância do direito ao passe escolar e o transporte público de Porto Alegre. A gente reconhece que o transporte da cidade tem diversos problemas. Quem pega ônibus todos os dias sente isso. Claramente, nós precisamos debater esse assunto e esses são os melhores espaços para isso, para que a gente possa ouvir a sociedade. Quero cumprimentar o secretário Záchia, pois acho importante esse diálogo entre nós.

Mas eu quero aqui falar sobre essa questão, principalmente, do passe escolar. Acho que a gente precisa, primeiro, compreender que, hoje, não existe motivo para nós excluirmos modalidades de ensino. O projeto que está colocado na Câmara Municipal de Porto Alegre

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

retira o passe dos profissionalizantes, dos estudantes de mestrado, doutorado, pós-doutorado, mas não há motivos para nós retirarmos um direito tão importante para esses estudantes. Os estudantes que fazem os seus cursos técnicos, os profissionalizantes, são aqueles estudantes que trabalham, são aqueles estudantes, por exemplo, do Colégio Parobé – no qual eu fui presidente do Grêmio, e sei que está presente aqui o Grêmio Estudantil da Escola Parobé –, são aqueles estudantes que estudam à noite, depois do seu trabalho, e que vêm de toda a cidade. A gente precisa reconhecer que é um problema retirar o passe dos estudantes que hoje não moram em Porto Alegre, porque a gente tira a oportunidade desse estudante de estudar. Eu acho que esse projeto representa a evasão escolar. E isso é um problema. É um problema a gente, aqui, burocratizar esse sistema. O estudante que hoje está numa escola pública está lá porque é a única opção que ele tem. Se nós pudéssemos escolher, se nós tivéssemos condições financeiras, eu tenho certeza que estaríamos dentro de uma escola particular. Se a gente está dentro duma escola pública é porque é onde a gente pode estar. Pelo projeto, a gente tem que comprovar renda. Mas isso não faz sentido. Então, a gente precisa ter esse diálogo para tratar aqui essa questão de pedir renda para os estudantes prounistas, para os estudantes bolsistas das universidades. Os estudantes cotistas das universidades públicas, inclusive, sabem, quando precisa comprovar renda, para conseguir pegar cotas, o que é a burocracia. Nós temos que comprovar novamente, todos os anos. Eu acho que isto é algo que a gente tem que levar em consideração: burocratizar o sistema é tirar o estudante do transporte público, é tirar o estudante de dentro da escola. A gente está passando por um período pandêmico, em que os estudantes não conseguem voltar para a escola. E dialogo aqui com os vereadores, as vereadoras, a Prefeitura, com o Secretário Záchia, que sei que ouve os estudantes e que compreende todos esses problemas que a gente tem colocado. Hoje, por exemplo, o Senai, o Senac, o EJA estão fora do projeto, então, eu quero reforçar isto: o nosso papel tem que ser no sentido de garantir que a juventude esteja dentro da escola, que tenha acesso, que ela não abandone a universidade. Porque já é um grande desafio nós chegarmos nas universidades e não podemos ter ainda uma burocratização, uma restrição que nos tire desses espaços. Então, quero reforçar que acho esse diálogo fundamental. Foi o diálogo com os vereadores e vereadoras que fez com que o direito

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

continuasse com os estudantes nessa última gestão. Tenho certeza de que este diálogo que a gente está construindo aqui, nesta audiência, que nós construiremos dentro da Câmara e dentro da Prefeitura, nós iremos conseguir garantir que o direito ao passe escolar continue com os estudantes. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. O Sr. Lincon Fonseca está com a palavra.

**SR. LINCON LEONARDO FONSECA PROCÓPIO:** Eu queria, primeiro, agradecer pelo espaço, sou presidente da União Gaúcha dos Estudantes. Queria agradecer pelo espaço, porque acho que este espaço tem a necessidade de não ser apenas uma escuta dos vereadores, do secretariado, do prefeito, e sim um espaço de construção. Todo mundo que está aqui está disposto a construir alternativas para o transporte público de Porto Alegre que não passem pela retirada de direitos. Eu acho que, quando a gente fala em restringir o uso do meio passe, a gente tem que lembrar que a gente está vivendo um dos piores momentos da nossa cidade, um dos piores momentos do nosso País, que está relacionado à pandemia. Isso, com certeza, vai ter um impacto gigantesco na evasão escolar. A Secretaria Estadual da Educação, antes da pandemia, dava o dado de que, a cada cem estudantes que ingressavam no ensino médio no Estado do Rio Grande do Sul, 50 não concluíam no período correto. Durante a pandemia, hoje, a gente não tem noção de qual é o tamanho da evasão escolar que a gente está enfrentando, a gente não tem essa noção. Esse projeto, inclusive, vem num momento descabido, porque ele contribui com a evasão escolar num momento em que a gente não sabe se a evasão escolar vai chegar, daqui a pouco, nos 85 ou 90% dos estudantes. Hoje, é isso o que a gente está vendo dentro das escolas que estão voltando. Foi muito falado aqui sobre os limitadores, o que o projeto retira e torna, enfim, obriga que não tenha o direito. Eu acho que hoje estuda no EJA aquele cara que não conseguiu terminar a escola no tempo certo e que quer um futuro, um futuro diferente deste que a gente tem hoje, em que quem tem menos estudo tem menos acesso a emprego e a tudo de bom que a vida tem para nos dar. A pessoa que está no EJA hoje, ela quer transformar a sua realidade. Inclusive, é um fato engraçado, porque a última gestão

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

centralizou os EJAs em Porto Alegre. A maioria dos EJAs da capital está centralizada no Centro, ou seja, aquele cara que mora lá na Restinga e quiser fazer o EJA, ele vai ter que vir para o CMET Paulo Freire, por exemplo. Como essa pessoa vai fazer para vir para o CMET Paulo Freire, se ela não vai ter direito ao Tri Escolar? Ela vai ter que desembolsar a sua passagem? A questão dos cursos profissionalizantes: não tem curso profissionalizante na periferia, são muito poucos os cursos profissionalizantes na periferia, a maioria está no Centro de Porto Alegre. Como o estudante do Rubem Berta, como o estudante lá das ilhas vai fazer para conseguir vir até o Centro, para ter um curso profissionalizante? Foi falado há pouco no Senai, no Senac, esses estudantes vão estar de fora daqueles que podem ter um Tri Escolar. Os pré-vestibulares: a maioria dos estudantes da Região Metropolitana que faz cursinho pré-vestibular vem até o Centro de Porto Alegre, porque aqui está a maioria dos cursinhos populares, como o Emancipa e muitos outros. E os cursinhos mais em conta, vamos dizer assim, também estão no Centro de Porto Alegre. Eu acho que a gente tem que levar isso em consideração, quando a gente fala do estudante da periferia que quer transformar a sua realidade, essa parada do acesso à educação, de não contribuir para a evasão escolar, não é? A gente tem que preparar um campo, para que a gente consiga superar o déficit educacional que a gente vai enfrentar no próximo período, toda essa batalha que a gente vai ter para reconstruir a escola pública depois de um período sem investimento e um período em que vai ter a sua reformulação. Acho que a gente precisa ver também aqueles estudantes da Região Metropolitana. São muitas as escolas, Parobé, Julinho, Paula Soares, Ernesto Dornelles; as escolas de grandes avenidas, o Padre Rambo recebe muitos estudantes de Viamão; as da Assis Brasil, o Dom Diogo; as da Baltazar de Oliveira Garcia, essas escolas têm estudantes da Região Metropolitana. Quantos estudantes de Alvorada, de Canoas, de Gravataí, de Cachoeirinha não fazem EJA no Júlio Grau, ali na Zona Norte de Porto Alegre? Esses estudantes, com o projeto, perderiam o direito de acesso à educação. Ou vice-versa, os estudantes que moram em Porto Alegre e vão para a Região Metropolitana, esses estudantes perderiam o direito ao acesso à educação. Não é só o direito ao Tri Escolar, não é só o direito a pegar o ônibus, é o acesso à educação, garantido na Constituição, que todo mundo tem que ter gratuitamente.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Mesmo assim, o estudante não deixa de pagar a passagem. Como foi citado pelo Anderson, São Paulo tem de estudantes mais ou menos o que Porto Alegre tem de habitantes, e lá é passe livre para eles. Em Porto Alegre, o estudante ainda paga meia passagem, e, mesmo assim, a gente está na iminência de perder. Eu acho que a gente também precisa levar em consideração a questão dos domingos e feriados. E o estudante que, depois de tomar a sua vacina, quiser visitar o MARGS, a Casa de Cultura Mário Quintana, quiser visitar os pontos históricos de Porto Alegre, como, por exemplo, a região da Usina do Gasômetro, esse estudante estaria hoje cerceado desse direito. Para concluir, eu queria dizer que hoje só usa o transporte público em Porto Alegre quem precisa, o custo de vida em Porto Alegre é altíssimo, e a gente sabe que a cesta básica mais cara do Brasil é a daqui. A gente não pode permitir que esse alto custo de vida aumente mais ainda para quem está perdendo renda, emprego e educação. Eu queria colocar a União Gaúcha dos Estudantes à disposição dos vereadores, de todos os secretários, de todas as entidades e da Prefeitura, para conseguir construir alternativas para o transporte público da capital, porque não dá para sobrecarregar os mais pobres. Era isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Lincon. A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa noite, Presidente, boa noite a todos e a todas que participam deste espaço. Vou me utilizar destes cinco minutos, Presidente, acho importante fazer este posicionamento – falo em nome da bancada do PCdoB – por ser um tema muito caro, importantíssimo, necessário, para que a gente possa ter uma compreensão mais aprofundada daquilo que, definitivamente, vem acontecendo na cidade. Eu ouvi muito atenta desde o início, desde o Ver. Pedro Ruas até a Marlowa, mais recentemente, o Lincon, a Vitória Cabreira, todos os que me antecederam. Quero me ater à fala do frei, que fala em nome da Fonte Colombo, pois eu acho que é justamente aí que a gente tem que começar a fazer uma avaliação mais sensata de um projeto que não é crível, que nem cabe diante de um debate neste momento, pois não considera, de forma técnica, as especificidades e as necessidades da população. Se nós formos pensar no



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

impacto a longo prazo, no impacto no sistema de saúde, acho que o frei trazia muito bem delineado, pena que não teve mais tempo. Eu até, se estivesse falando após ele, teria doado alguns minutos para poder ouvi-lo com mais atenção, ouvi-lo finalizar aquele raciocínio. É isso, Presidente Márcio Bins Ely, o nosso gestor do Município não considera o impacto no sistema de saúde, as pessoas que vivem com HIV, enfim, toda uma organização de sistema de saúde não tem como suportar. Para além disso, para além de não ter como dar conta disso e olhar com muita responsabilidade o que tem que ser feito, também temos que pensar, como bem trouxe a Vitória Cabreira, nesses estudantes que vão ser ceifados, delimitados da possibilidade da continuidade de um sistema educacional, que pode dar qualidade de vida para essas pessoas. Nós precisamos, e digo nós aqui, meus colegas vereadores e vereadoras, olhar para isso com muita responsabilidade, porque é a vida do povo. A gente não pode ficar fazendo audiência pública, trazendo para debate, para, depois, simplesmente, a gestão pública deste Município, tendo à frente o prefeito Sebastião Melo, fazer de conta que não houve esse debate, não considerar tudo o que vem sendo aqui trazido com muita, mas muita veemência. É necessário que sejamos ouvidos, Presidente. Acho que a gente tem uma responsabilidade em não deixar que esse projeto tenha seguimento. Aí fala do acesso ao sistema educacional, mas também se fala da continuidade e do acesso ao sistema de saúde. É muito grave tudo isso, é muito grave. Pensando também nas pessoas que precisam de uma atenção mais específica, quando acessam os ônibus, elas vão ser prejudicadas duplamente: pela retirada da isenção e pela retirada dos cobradores. Vejam que momento estamos vivendo neste Município! É, definitivamente, ladeira abaixo.

Eu fico impactada ao ouvir tantos relatos e pensar que a gestão do Município não considera essa que é a realidade do povo de Porto Alegre, quando leva adiante os seus projetos. A gente, desde já, Ver. Márcio Bins Ely, se posiciona contra, porque reconhece a necessidade da luta e compreende o que é que impacta na vida da população. Deixo aqui a minha saudação a todos e a todas que se colocam diante desse projeto com a responsabilidade que ele merece, e a vocês, meus companheiros, que participam e trazem aqui esses duros relatos, que são necessários para ver se sensibilizam essa base do governo, que não consegue pensar em outra coisa que não seja no lucro. Nós consideramos a vida, a nossa

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

centralidade é a vida, o que nos importa é a qualidade de vida, é a dignidade do povo de Porto Alegre. Um enorme abraço.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Rubens Raffo está com a palavra.

**SR. RUBENS RAFFO PINTO:** Boa noite, primeiramente eu quero parabenizar o Presidente Márcio Bins Ely por esta audiência, cumprimentar os vereadores e vereadoras e trazer um pequeno relato. Estou representando o Fórum ONGs Aids/RS. O Fórum de ONGs Aids tem, na sua composição, 49 instituições no Estado do Rio Grande do Sul e a grande maioria delas também no Município de Porto Alegre. Além disso, eu sou um militante que trabalha na questão da Aids há 30 anos, sei de toda construção e desconstrução da política de Aids no Município de Porto Alegre, e fiquei apavorado porque esse passe livre, na verdade, foi uma luta muito árdua de todo o movimento de luta contra a Aids para que reconhecesse a necessidade dessas pessoas que moram na periferia de Porto Alegre, onde está a maioria da população vivendo com HIV/Aids. Essa população teve seu direito ao sigilo quebrado a partir do momento em que eles começaram a deixar de ser assistidos no sistema de serviço especializado e sendo atendidos na unidade básica, onde eles podem ser reconhecidos como pessoas vivendo com HIV/Aids. Apesar de todos esses anos, passada a epidemia, ainda temos o problema do preconceito. Eu queria fazer uma proposta ao secretário Záchia, acho que ainda está presente, e ao próprio prefeito Sebastião Melo. A pergunta é a seguinte: eu me lembro que na gestão Fortunati foram criados R\$ 0,20 por passagem para objetivar a reformulação do transporte com ar-condicionado. O que aconteceu de lá para cá? A ATP, que não passa de uma grande máfia, incorporou esses R\$0,20 como se fossem passagem e os ônibus continuam na mesma qualidade daquela gestão. Como diz a própria Ver.<sup>a</sup> Karen, eu acho que tem que ter uma auditoria urgente nas planilhas dos custos dessas transportadoras. Da forma como está indo, cada vez é pior. Achei muito interessante e muito importante a fala dos estudantes da necessidade de ter acesso ao transporte e ter acesso à educação. A educação é um direito de todos, não é de meia dúzia, como o governo federal tenta colocar para a população. Eu não quero me estender muito, eu só quero dizer para os senhores que a passagem para as pessoas com HIV/Aids,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

principalmente para aquelas com profissões de baixa renda, ela é fundamental, porque ela envolve a terapia médica, a fisioterapia, a neurologia e o tratamento de outras patologias que com o tempo vão se desenvolvendo em função do próprio tratamento, e essas pessoas hoje em dia tem que estar buscando a rede pública de saúde de várias maneiras, e, ao mesmo tempo em que cortarem essas passagens, essas pessoas vão ter dificuldades de continuar o seu tratamento. Já temos um alto índice de mortalidade em Porto Alegre, e a tendência, se cortar esse passe, é de cada vez disparar mais. Desculpa, eu não quero me estender mais, quero agradecer a atenção de todos, eu pediria aos vereadores e às vereadoras que analisassem bem esse projeto, acho que esse projeto tinha que ser mais debatido, e até sugeriria ao prefeito Sebastião Melo que, se possível, retire esse projeto, urgentemente. E outra coisa muito importante, que eu não posso esquecer: eu sou porto-alegrense de nascença, moro em Porto Alegre, e a Carris faz parte da nossa história. A Carris, em vários momentos, das dificuldades das greves das empresas privadas, atendeu à população. Ela é fundamental e ela é importante.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Sra. Gina Hermann está com a palavra.

**SRA. GINA HERMANN:** Boa noite a todos. Eu sou representante do Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas e venho aqui reforçar a fala de vários colegas, de várias pessoas aqui que já falaram e colocar que nós também, pessoas vivendo com HIV/Aids, temos várias patologias, reforçando a fala da Marlowa, que são derivadas do HIV e que nós, enquanto pessoas vivendo com HIV hoje em dia, nós estando indetectáveis, nós fazemos poucas consultas anuais, mas fazemos muitas outras consultas referentes a outras patologias que nós vamos adquirindo no longo da nossa caminhada, que são derivadas do HIV. São pessoas que têm vários problemas, inclusive físicos. Muitos de nós acabam sendo deficientes também, acumulando mais essa questão. E nós fazemos tratamentos com osteopatia, com fisioterapia, inclusive, atividades físicas, academia – para quem vive com HIV/Aids, não é um luxo, é uma questão que faz parte do tratamento. Nós temos problemas com distrofia muscular, lipodistrofia. Eu já tenho lipodistrofia com atrofia muscular, nós precisamos estar em movimento, precisamos, porque se não nós adoecemos ainda mais,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

e, muitas vezes, a gente acaba pegando mais de um ônibus para ir em locais que muitas pessoas podem ir a pé, porque nós temos dificuldades e dores para caminhar. E a convivência também entre pares, como acontece hoje em locais bem limitados, um deles é a Fonte de Colombo, é fundamental para que as pessoas vivendo com HIV tenham um contato sem discriminação e tenham um alívio também nas suas depressões, que também afeta muito as pessoas vivendo com HIV. Então, é de extrema importância a questão de nós termos mais passes e termos o passe gratuito para todo o tratamento, não só o físico, mas também mental, porque quem vive com HIV não é só um vírus no sangue, não é só um tratamento, um comprimido que tu vais tomar e vais ficar bem, nós temos várias outras especificidades que atrapalham o nosso bem-estar e a nossa saúde. Eu vi aqui o Ver. Oliboni falando sobre a questão de a administração pública estar mais voltada para as partes centrais da nossa cidade, mas eu lembro muito bem que durante a campanha, nas periferias, porque eu também estava trabalhando em campanha, eu cruzei com o Sebastião Melo no barro, lá nas vilas, lá fora do asfalto, e foi lá que ele ganhou muito voto. Então, não olhar agora para as pessoas que estão lá nesses lugares, eu acho que é uma desumanidade.

Outra questão, as pessoas que estão vivendo com HIV/Aids, as pessoas com deficiência, já passaram por um desmonte das aposentadorias, porque muitos desaposentados, a maioria tem BPC, mas tem alguns que são aposentados e foram desaposentados. E agora, desses que foram desaposentados, alguns estão conseguindo reaposentar, e pasmem que estão sendo reaposentados com 40% a menos do seu salário. Além de ser pessoas que ganham pouco, ainda estão ganhando 40% a menos, e isso impacta profundamente na questão psicológica, na questão da saúde dessas pessoas. Então, as pessoas estão num empobrecimento muito grande e ainda não ter passagem é muito desumano. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alvoni Medina está com a palavra.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Boa noite, Presidente Márcio; boa noite a todos que estão nesta audiência, também o nosso secretário Cassio e o prefeito Sebastião Melo.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, venho apresentar a minha preocupação sobre a limitação da isenção da passagem para as pessoas com deficiência que percebem até 1,5 salário mínimo por renda *per capita*. Esse corte de 1,5 salário de renda *per capita* pode representar a retirada de direitos de pessoas que precisam muito do transporte público. É importante analisar que a pessoa com deficiência tem um custo de vida mais elevado que as demais pessoas. Nesse sentido, entendemos que o corte da renda para receber a isenção deve ser revisto. Nós temos conversado, juntamente com o nosso secretário, e procurado buscar também o apoio em relação a isso. Temos feito reuniões também mostrando para ele, juntamente com as entidades, a importância de analisarmos essa situação. Por isso apresentei uma emenda que eleva o corte da isenção para as pessoas com deficiência e seus eventuais acompanhantes para quatro salários mínimos *per capita*. E também há uma emenda que aumenta o limite de passagens de 60 para 120, passagens com possibilidade de ampliação, mediante justificativa. Espero que possamos evoluir nesse diálogo e permaneço à disposição de todos. Agradeço e que Deus nos abençoe.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Flávio Perez da Cunha está com a palavra.

**SR. FLÁVIO PEREZ DA CUNHA:** Agradeço ao Presidente, aos vereadores e vereadoras presentes e, em especial, às pessoas com deficiência, às pessoas com HIV, às pessoas da área da educação que também deram a sua contribuição. Eu gostaria de falar da minha área. Eu sou uma pessoa vivendo com HIV/Aids, faço parte de uma rede nacional de pessoas vivendo com HIV/Aids e, como foi dito aqui por muitas pessoas, Porto Alegre é campeoníssima em vários indicadores: em transmissão vertical - campeoníssima em segundo ou terceiro lugar em nível de Brasil; em óbitos por HIV, em casos de HIV, em casos de tuberculose. E tudo isso engloba a passagem do ônibus, que é essencial para nós. Por quê? Como é que nós vamos ter acesso ao tratamento, à adesão 100% a um tratamento, se a gente não vai poder ter como nos deslocarmos? Por exemplo, ir a uma academia, faz parte da saúde, as pessoas estão ficando deficientes, as pessoas com HIV, muitas delas, estão também ficando deficientes devido ao HIV também - isso é bom vocês saberem. É

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

muito grave, a situação é muito complicada. A pessoa com HIV tem direito também ao lazer, à cultura; é um todo. Saúde não é só ausência de doença, a gente quer viver também. É muito grave, eu gostaria que vocês pensassem com muito carinho com relação a isso; é muito grave o que está acontecendo. Boa noite a todos e a todas. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Flávio. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa noite, Presidente Márcio e todos os presentes. Ouvi atentamente aqui todas as manifestações e eu gostaria, nas considerações finais, de solicitar à Prefeitura, ao secretário, ao Presidente, a quem está na audiência representando o governo municipal que faça um esclarecimento sobre a proposta do ponto de vista *per capita*, para que todos possam entender. Eu entendo que algumas manifestações, talvez, não tenham compreendido, eu não estou discutindo se o corte está correto ou não está correto, isso é algo que a gente vai debater desde que se discuta muito isso; o atual governo dialoga muito, ouve muito as sugestões. Eu só queria que fosse esclarecido aqui para algumas pessoas, principalmente para alguns estudantes, o que é esse corte *per capita*. Porque uma família, por exemplo, que tem três, quatro integrantes, é dividido entre eles o valor desses salários. Eu ouvi aqui o grande e combativo Ver. Alvoni Medina falando que está discutindo com o Poder Executivo, no caso dos deficientes, um corte maior, mas no somatório, por exemplo, de uma família de quatro ou cinco integrantes, com uma renda *per capita* de quatro, vamos dizer, salários mínimos que deve estar R\$ 1.000,00 e alguma coisa – tem que ver se é regional ou nacional –, nós vamos jogar isso para uma família que, vamos dizer assim, que ganhasse R\$ 8.000,00, R\$ 12.000,00. É importante deixar claro, na audiência pública, o limite que está sendo proposto. E já, de antemão, eu quero deixar muito claro que eu sempre defendi a coerência das pessoas que estão em órgão público, cargos eletivos ou não. Se tu tens uma opinião, e eu já antecipo a minha opinião, eu não acho justo que os meus filhos necessariamente tenham passe livre. Eu acho que não é justo para aqueles estudantes, para os filhos daquelas famílias que realmente necessitam. O nosso número de isenção é muito alto, vi a Prefeitura do Município

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

de Viamão recentemente anunciar subsídio no transporte público que proporcionou uma redução da tarifa. É importante, ouvi aqui que falaram de subsídios de São Paulo, mas São Paulo tem uma situação econômica muito diferente; Viamão tem uma isenção de 20%, segundo informações técnicas que eu recebi. Então a realidade de Viamão também é diferente, não adianta dar subsídio se o percentual de isenção for tão alto. Então, acredito que nós vamos avançar muito até o período da votação, mas quero antecipar a todos os colegas que falaram sobre a questão, para finalizar, Presidente, do HIV. É muito importante que os índices sejam colocados à luz da sociedade, a capital de Porto Alegre tem um público que necessita muito dessa atenção, é um público grande, é uma capital que cuida do seu público, do ponto de vista da rede pública, mas eu quero antecipar para as pessoas que falam sobre isso, sobre o que eu vejo nos órgãos da Prefeitura atuais, quero deixar muito claro que eu poderia fazer um discurso diferente porque, falando no lado político, a nossa bancada perdeu a eleição, mas eu vejo, tecnicamente, o pessoal da saúde, o pessoal da EPTC, o pessoal da Secretaria de Mobilidade Urbana, do secretário Záchia, já trabalhando para a questão dos usuários que estão em tratamento do HIV. Então quero deixar muito claro que vejo que já está em andamento um apoio do Poder Executivo, do Prefeito Sebastião Melo e dos seus órgãos competentes para acolher, basta ajustar – vejo que têm emendas de colegas, a Ver.<sup>a</sup> Laura Sito, muito combativa e que batalha muito, e também da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo –, acho que isso pode se solucionar, vejo que o governo está trabalhando para isso. Mas finalizo dizendo que não há como nós termos uma tarifa menor com um alto número de isenções. Só para fazer uma correção: houve, sim, inclusive críticas, ao fim do governo anterior por causa do aproximar à data eleitoral – não estou julgando se é correta ou errada –, mas houve, sim, uma redução de alguns centavos em novembro de 2020 por causa da retirada, só para resgatar aqui e fazer justiça, de uma taxa de compensação que era da própria EPTC, aprovada na Câmara, pela maioria dos vereadores, e houve essa redução. Muitos disseram que nunca houve redução; houve, sim! Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Mateus Vicente está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

**SR. MATEUS VICENTE:** Boa noite a todos os presentes. Eu sou estudante da rede estadual do Rio Grande do Sul, do Colégio Emílio Massot em Porto Alegre. Através desta audiência, onde estão muitos estudantes, muitas pessoas que precisam e necessitam do meio passe, como também do passe livre, a nossa presença, como estudante do Emílio Massot, como estudante da rede estadual, das universidades, tem total importância neste debate, nesse diálogo. Agora eu quero trazer alguns dados, antes de trazer a minha opinião sobre esse assunto. No Colégio Emílio Massot, há 75% de evasão escolar por causa do transporte público de Porto Alegre, isso durante à noite, porque tiraram linhas durante a pandemia, e agora, no retorno de forma híbrida – uma semana um grupo, outra semana outro grupo –, estudantes do turno da noite que trabalham e quando querem retornar a sua casa não tem ônibus. Com isso quero lembrar, como já foi lembrado aqui em algumas falas, que muitas dessas linhas que as empresas privadas retiraram, quem ocupou essas linhas e garantiu ônibus lá foi a Carris; foram os trabalhadores da Carris; foi a empresa pública Carris – mais para lembrar esses pontos! Agora, entrando no quesito do transporte de forma ampla, eu costumo utilizar bastante o transporte em Porto Alegre, principalmente para ir à escola, bem como para ir ao trabalho; então, tenho a total compreensão da importância na minha vida, mas também compreendo a importância na vida dos meus colegas, daqueles que querem trabalhar. Porque nessa pandemia muitas pessoas perderam seus empregos, e como essas pessoas que estão sem renda vão ter acesso à procura de emprego? E como as pessoas que precisam de saúde – a saúde é pública, mas para ter acesso à saúde tem que pagar um preço absurdo. Então, são contradições. Por muitos anos, no caso, a gente já tem a educação pública e gratuita, mas o acesso a ela é cada vez mais privado, cada vez mais excludente; o transporte, que é um direito constitucional, deveria ser considerado um direito social em prática; na teoria, sim, está lá, um direito social, mas na prática é mercadoria. E quem lucra com isso? São os CNPJs, como colocaram aqui nos comentários, CNPJ não vota - tem influência na política, nos que são eleitos? Sim; com dinheiro deles, com dinheiro das máfias de transporte eles elegem prefeitos, elegem vereador, deputado, senador, presidente, governadores, etc. Agora, quem vota são os CPFs. E, neste exato momento, a gente vê que o prefeito Melo fica de costas para os estudantes, de frente, olhando para frente – em frente dele está o pessoal que, enfim, detém



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

o CNPJ, mas não qualquer CNPJ, aqueles que detêm grandes fortunas, aqueles que há anos sugam o povo porto-alegrense, os estudantes, os trabalhadores que estão desempregados. Quero só trazer um ponto, os estudantes, os da rede estadual, do EJA, das universidades, muitos trabalham, e como que eles terão acesso à educação? E ainda mais nessa pandemia. Muitas famílias, pais, mães, perderam emprego, e os estudantes tiveram que ir trabalhar para ajudar em casa. E agora com essa volta híbrida, com os horários largos no caso dos ônibus, não garantindo o acesso dos estudantes, inclusive também durante o turno da manhã e da tarde – inclusive a evasão escolar não acontece só à noite, acontece no turno da manhã. Isso tudo por causa do transporte em Porto Alegre, no qual não se tem como objetivo a garantia do transporte, mas sim a garantia do lucro para as máfias, e cada vez se fecha mais o círculo para o povo, abrindo-se mais o Estado para as máfias. Então, eu quero fazer um pedido: que o Melo comece a olhar, e também os vereadores, de frente para a população de forma prática. Compreendo que isso que está ocorrendo aqui é importante, o debate, o diálogo, mas acho muito importante a gente compreender que são ações que devem ser parabenizadas. A teoria, o discurso é discurso; prática é o que o povo porto-alegrense, os estudantes, os universitários, os trabalhadores de Porto Alegre, aqueles que precisam de saúde, aqueles que precisam de educação querem. Para concluir, quero me solidarizar com os trabalhadores da Carris, com os cobradores, em defesa do meio passe, do Tri para os estudantes, é isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Matheus. O Sr. Thiago Lopes de Castro está com a palavra.

**SR. THIAGO LOPES DE CASTRO:** Boa noite! Em primeiro lugar, boa noite a todos. Sou presidente do diretório acadêmico do curso de medicina veterinária da UniRitter, e meu discurso aqui é em defesa do Tri escolar, do direito ao Tri escolar para todos os estudantes. Muitos estudantes, mesmo não sendo de baixa renda, necessitam dividir sua rotina entre trabalhar e estudar, inclusive os que vêm de outros municípios e precisam alugar uma residência para poderem estudar em Porto Alegre Essa é a realidade de muitos estudantes

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

do Brasil de hoje; privá-los desse direito impossibilitará que esses estudantes usufruam do seu direito de estudar, sejam eles de instituições de ensino público ou privado. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente Márcio, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero cumprimentar as autoridades do Executivo que estão conosco, os estudantes, as representações, essencialmente o pessoal que luta pelos direitos de quem é portador de HIV, que foram os que mais se manifestaram na noite de hoje. Eu estou aí todo o tempo ouvindo atentamente aquilo que foi dito; de plano, quero dizer que o projeto tem seus problemas, sim, e que precisa de debates bem maiores, discussões maiores. Inclusive sou professor, lecionei por quase 40 anos, acompanho de perto a questão dos estudantes da nossa Porto Alegre. Quero registrar que tenho dito com frequência – até ouvi hoje, aí é óbvio, a tarifa da passagem de ônibus está cara demais. Hoje quem paga, quem suporta integralmente essa tarifa são os desempregados, os trabalhadores informais, as diaristas, e outros; portanto, nós precisamos, sim, buscar alternativas que reduzam o valor da tarifa. E quero concordar com aqueles que me antecederam no sentido de que um projeto desse tamanho, dessa repercussão, que reduz a tarifa em apenas 21 centavos, é algo muito pequeno para a grandeza do projeto que estamos estudando. Por isso, precisamos, sim, de um debate maior.

A primeira pessoa que falou, defendendo os interesses da comunidade, foi o Anderson Farias – quero cumprimentá-lo quando ele diz que é preciso debater mais, é preciso discutir mais, é preciso chegar a um denominador, as entidades e o setor público, no caso o governo. Eu tenho dito e repito que sou amplamente favorável ao subsídio público e também privado, por que não? Sou amplamente favorável a que estudantes da escola pública tenham isenção, a que bolsistas das escolas privadas também tenham e a que nós consigamos aí chegar num denominador – voltando a repetir - que alcancem os interesses de toda a sociedade. O Airton Silva, o segundo que falou, disse uma coisa importante também, que é o cuidado com a evasão escolar; nós precisamos incentivar o aluno a

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

estudar; concordo com o Airton também quando ele diz que só a isenção não dá conta do problema, porque o impacto é mínimo. E digo, repetindo, o sistema de transporte público em Porto Alegre e na Região Metropolitana está totalmente errado, porque é preciso ter um transporte integrado. Não é possível que ônibus vazio circule em Porto Alegre, ônibus de Porto Alegre; e a mesma coisa com ônibus que vêm da Região Metropolitana – não é possível eles chegarem ao Centro, todos esses ônibus, repito, que chegam na maioria dos horários quase vazios, concordo que isso encarece a tarifa. Na minha visão, o sistema de transporte que vai reduzir a tarifa passa por uma série de questões que vocês já falaram, mas passa também pela integração do sistema. E quero repetir: assim como é preciso de um estudo com muito cuidado, e, como disse o Anderson, com uma negociação, conversação ampla, intensa entre os estudantes e a Prefeitura.

E também concordo com aqueles que defendem aí a questão de não retirar a isenção do portador de HIV, dentre outras enfermidades, por quê? Porque são pessoas que dependem muito de um sistema público, de uma passagem gratuita para fazerem os seus tratamentos. Quero então repetir que foi muito boa esta audiência pública, e nós estamos juntos para buscar alternativas que não penalizem aqueles que não podem ser penalizados. Um abraço a todos. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Pedro Dias está com a palavra.

**SR. PEDRO DIAS:** Eu queria dar boa noite para ti, Marcio Bins Ely, pela audiência que estás fazendo; saudar a Prefeitura, o pessoal do governo; os vereadores presentes. Em primeiro lugar, esse projeto não é só ele, são três projetos que não eram para estar sendo discutidos num momento de pandemia, quando tem pouco passageiros. Nós tínhamos mais um milhão de passageiros há pouco tempo, hoje temos 300, 400 mil passageiros; esses, para mim, são projetos criminosos. Hoje se discute a redução do papel do Estado nas políticas públicas, isso vale para o governo municipal, estadual e federal. Tiram os direitos das pessoas. Esse projeto é criminoso porque pega os doentes, pessoas com enfermidades; pega os estudantes, e a obrigação do Estado é garantir a educação das pessoas para irem à escola, para se formarem, para não virarem sabe lá o que no futuro.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Estão ceifando o futuro da juventude. Esse projeto não consegue botar para dentro as pessoas que mais precisam andar de ônibus, como falou o Ver. Airto Ferronato. O trabalhador que tem a carteira assinada tem o direito garantido de chegar no transporte, o vale-transporte foi criado lá no tempo do Sarney. Então, o que eu penso? Eu acho que esses três projetos... Querem vender a Carris. No que isso vai melhorar na passagem? Querem tirar os cobradores. Eu ando de ônibus todos os dias, sei bem o tempo que leva para se colocar um cadeirante dentro de um ônibus, e vão tirar o cobrador? O tempo que fica uma pessoa para subir num ônibus, quem vai cobrar a passagem? Aí o prefeito vem dizer que não importa a cor do gato, o importante é que ele cace o rato. Estão cassando é o direito do povo – é isso que está acontecendo em Porto Alegre! Então, eu penso que tínhamos que retirar esses projetos, estudar melhor, e garantir os direitos das pessoas. Esse projeto é criminoso, é um projeto que atenta ao direito da população. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Giovani Culau está com a palavra.

**VEREADOR GIOVANI CULAU (PCdoB):** Boa noite Presidente Márcio, cumprimento também os demais vereadores presente nesta audiência, o Executivo Municipal, não sei se o prefeito Melo segue aqui no debate conosco, mas cumprimento em nome do secretário Záchia, do secretário Cassio Trogildo, e claro, de modo especial, um abraço apertado aos movimentos sociais, à população de Porto Alegre, que segue aqui nesta discussão mesmo nos aproximando das 22h. Dentro dos movimentos sociais, saúdo aqueles que se organizam na luta contra a Aids, ou que lutam ao lado daqueles que convivem com HIV/Aids, e as entidades estudantis, que têm o meu carinho por eu ter sido da UNE, ter sido do DCE. Aqui falo não somente enquanto vereador suplente que sou aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, mas em nome do mandato da Ver.<sup>a</sup> Bruna.

Dialogando aqui com o Executivo Municipal, quero dizer que quero fazer uma intervenção apostando no diálogo sincero, e, como disse a Ver.<sup>a</sup> Karen, apostando na possibilidade de nós fazermos desta audiência um espaço de construção de síntese. Não quero aqui fazer uma fala inflamada, mas uma fala que busque contribuir com esses dois objetivos: o diálogo e a construção de síntese.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Em primeiro lugar, queria pontuar que encontro uma contradição entre o projeto apresentado pela Prefeitura e a justificativa apresentada no próprio projeto; e a contradição está expressa no conjunto das falas que me antecederam. A Prefeitura de Porto Alegre reconhece, na justificativa do PL, que o transporte público é um direito social, reconhece que o transporte público é garantidor do acesso às oportunidades de emprego, de renda, e eu acrescentaria aqui do acesso à educação, à saúde, e a contradição existe porque exatamente o PL apresenta uma ameaça do transporte ser o garantidor do acesso a essas políticas públicas. É uma ameaça ao acesso à saúde, às políticas de saúde, quando propõe a retirada da isenção daqueles que convivem com HIV/Aids, e numa cidade, como Porto Alegre, isso não é algo qualquer, como já foi dito aqui, nós somos a capital com o maior índice de mortalidade, de óbitos de pessoas que vivem com HIV/Aids. E isso precisa ser entendido também na perspectiva dos custos que trará ao Município de Porto Alegre, porque essas pessoas, ao terem uma restrição do seu acesso às políticas de saúde do Município, elas vão voltar para o sistema de saúde, e essas internações vão acabar custando caro para a Prefeitura de Porto Alegre. E também é uma ameaça ao acesso à educação, em várias dimensões, mas quero destacar aqui, eu sou lá do Extremo-Sul da cidade, lá da Ponta Grossa, naquela região da cidade muitos atravessam Porto Alegre para acessar um ensino superior na Região Metropolitana, enquanto bolsista da Ulbra, às vezes, da Unisinos, da La Salle, e hoje esses estudantes ficam de fora da proposta apresentada pela Prefeitura, e isso precisa fazer com que a gente se dedique mais à construção de síntese e à construção de um outro futuro para o transporte de Porto Alegre.

Eu também gostaria de pontuar que esse projeto, em especial na sua justificativa, demonstra uma insuficiência para resolver o problema da tarifa cara e do colapso do transporte. Para resolver o problema do colapso do transporte, fala-se que precisamos mexer nos custos da operação, e eu entendo o raciocínio, por mais que não considere que as isenções sejam um problema, porque por mais que Porto Alegre tenha um volume significativo de isenções, outras cidades com menos isenções também enfrentam problema no transporte público, então, não pode ser encarado e trazido para o debate como se essa fosse a questão estruturante do nosso debate, porque não é. O que é estruturante é nós pensarmos os recursos extratarifários que a própria Prefeitura menciona, mas que são

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

insuficientes as respostas objetivas dadas, porque até hoje não chegou aqui na Câmara uma proposta de construção de fundo permanente para mobilidade. Onde eu quero chegar? É que a Prefeitura não apresenta uma questão que é fundamental, que é como vamos fazer para atrair novamente a população da cidade para o nosso sistema de transporte público. Nós precisamos resgatar os usuários do transporte, atrair novos usuários, se não fizermos isso, não daremos sustentabilidade para o sistema - quero chamar a atenção sobre isso. Encaminhando-me para o final, Presidente Márcio, eu queria dizer que esse projeto de lei não está em condições de ser votado na Câmara de Vereadores da nossa cidade por duas razões fundamentais: ele, por um lado, agrava a crise do transporte, porque a gente não tem respostas apresentadas aqui no debate público que estamos fazendo sobre o que acontecerá, por exemplo, com os estudantes que ficam fora do corte de renda proposto. Os representantes das entidades estudantis trouxeram uma pesquisa disponível publicamente que relata que 30% dos estudantes, ao saberem da possibilidade de não terem acesso ao meio passe estudantil, dizem que vão abandonar o sistema. Como nós vamos lidar com essa migração de usuários que podemos sofrer? Assim como o PL pode intensificar esse apagão da educação. Eu termino informando, compartilhando com todos que nós vamos instalar, a partir do conjunto dos vereadores proponentes, a Frente Parlamentar em Defesa do Passe Escolar, para que possamos aprofundar o debate, consolidar possíveis vitórias, como é 100% de subsídio para o ensino fundamental, mas que a gente possa fazer um debate sincero em que a burocratização não signifique transformar o direito que hoje os estudantes têm num direito apenas formal e não um direito efetivo. Muito obrigado pela oportunidade. Um grande abraço a todos.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Sr. Rodrigo Rosa está com a palavra.

**SR. RODRIGO ROSA:** Eu me inscrevi na perspectiva de não me demorar muito na fala. Quero, primeiramente, cumprimentar todos os participantes e todas as participantes desta audiência pública, em especial o Ver. Pedro Ruas, a Ver.<sup>a</sup> Karen Santos e outros participantes dos movimentos sociais.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Sou militante do Coletivo Nacional de Juventude, o Juntos, e também estou aqui como integrante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com o HIV/Aids. Queria começar esta fala lembrando aos vereadores – sobretudo os vereadores da base aliada do governo Sebastião Melo e também o seu secretário Záchia – que eles foram eleitos para defender a administração pública, e, dentro do interesse da administração pública, a gente tem, como princípio basilar, garantido na Constituição federal, a eficiência do serviço prestado ao conjunto da população. A eficiência, me parece, é o grande debate aqui. Quando a gente vai discutir a retirada de direitos, porque de fato a gente precisa discutir a eficiência do transporte público, essa discussão me parece ter caído por terra quando a gente vê o movimento social apresentar muitos fatores que vão acarretar na sobrecarga e em efeitos negativos, em médio e longo prazo, na saúde e na educação; sobretudo na saúde pública. Quero lembrar ao prefeito Sebastião Melo que grande parte da demanda da saúde pública está concentrada no Município, na ponta, nas Unidades Básicas de Saúde, e quero perguntar ao Sebastião Melo se – não sei se ainda está presente – o Município está preparado para arcar com essas demandas que surgirão a partir do que a gente já discutiu amplamente aqui.

Eu não quero me alongar. Vários pontos já foram colocados como alternativas para o transporte público em Porto Alegre, dentre eles vários estudos feitos há muito tempo pelo Ver. Pedro Ruas, pela Ver.<sup>a</sup> Karen e também muitos elementos trazidos pelo movimento social. E aí eu quero desafiar o prefeito Sebastião Melo a retirar esse projeto e apresentar alternativas que sejam contundentes e coerentes e que tenham a eficiência na administração pública. Não é possível que a participação da sociedade seja apenas protocolar. Nesse sentido, a gente precisa discutir amplamente alternativas ao transporte público e ao transporte coletivo e dizer que uma dessas alternativas é investir dinheiro em empresas públicas de transporte coletivo, e não as sucatear, porque são elas que dão suporte quando a gente mais precisa.

Eu queria também desafiar o prefeito Sebastião Melo a apresentar projetos que sejam eficientes sob o ponto de vista da administração pública. Eu sou estudante de Gestão Pública, e, para concluir, quero pedir que o Sebastião Melo reconsidere, que o seu secretário reconsidere, que a base aliada reconsidere, e que não queiram também – a

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

exemplo do nosso governo federal – ter o povo como inimigo, o movimento social como inimigo, e que não sejam eleitos, a partir desse projeto, como genocidas, no futuro. É isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Sra. Neiva Lazzarotto está com a palavra.

**SRA. NEIVA LAZZAROTTO:** Boa noite Srs. Vereadores, boa noite secretário Záchia, prefeito e demais participantes. Eu sou a professora Neiva, da rede estadual, diretora do 39º Núcleo. Venho aqui hoje falar em nome de alguns milhares de colegas – professoras, professores – da rede estadual que são beneficiários da meia-passagem, assim como os estudantes. Eu sou vice-diretora do Colégio Estadual Coronel Afonso Emílio Massot. Já falou antes aqui o nosso estudante, o Mateus Vicente, e, ouvindo a todos vocês, o debate em questão me remeteu a pensar, secretário e Presidente da Câmara, Ver. Márcio Bins Ely: qual é o tipo de cidade que nós queremos? Não é apenas a questão do fim da isenção, da meia-passagem para alguns setores sociais mais necessitados, como os estudantes, como as pessoas portadoras de HIV e outros que estão aqui em debate como é o caso dos professores. Nós já estamos sofrendo por termos sete anos de congelamento de salário, desconto de vale-transporte por parte do governo estadual. Mas o que eu fiquei pensando aqui é que tipo de cidade nós queremos. Porto Alegre já foi referência para o mundo como uma cidade desenvolvida, onde se produzem ideias, onde se produzem experiências de democracia. Hoje, como Porto Alegre é conhecida? Como a cidade da cesta básica mais cara do País, meio salário mínimo; muitos colegas meus não estão mais conseguindo comprar. Imaginem quem está desempregado? Muitos estudantes nossos, como o próprio Mateus falou, não estão mais conseguindo estudar. Aumentou a evasão escolar devido à pandemia, à crise econômica das famílias. Então, que cidade é esta? Passagem cara, cesta básica mais cara, um transporte... E a melhor linha de transporte, os melhores ônibus, são os da Carris, que é o transporte público que está sendo atacado pela Prefeitura com um projeto de privatização.

Aliás, todos que nos ouvem, que estão aqui hoje, hoje é um dia muito triste para o Rio Grande do Sul, é um dia em que se cometeu um crime contra o bem maior da vida das



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

peças que é a água. Hoje foi autorizado, pela Assembleia Legislativa, o pedido do Governador Eduardo Leite para a privatização da nossa Corsan, do nosso saneamento. Então, o modelo de sociedade que nós queremos para os nossos estudantes, para os trabalhadores e para toda a Porto Alegre é uma sociedade mais evoluída, é uma cidade mais evoluída, é uma cidade com mais transporte coletivo, com transporte coletivo de qualidade. Imaginem, nós estamos vivendo num País sentado em poços de petróleo, olhem o pré-sal! Nós não deveríamos ter aqui a gasolina mais cara do País, de sete reais. Nós deveríamos ter, no nosso País, combustível barato. Nós deveríamos ter, em nosso País, transporte coletivo para todos os estudantes e trabalhadores da educação e demais trabalhadores para poderem seguir produzindo a riqueza do nosso País, que é a décima economia do planeta. Não é um país pobre e nem miserável, feito o Paraguai ou Haiti. Nós somos um País que tem uma potência energética, que tem petróleo, e, portanto, nós poderíamos ter transporte público de qualidade para o nosso povo que produz riqueza. É isso o que nós queremos para Porto Alegre, vereadores. Por isso rechaçamos a extinção das isenções. Nós precisamos é assegurar, é o contrário da privatização da Carris, é estender a Carris para toda a Porto Alegre. “Ah, mas a nossa cidade não pode financiar o transporte”. Como não pode? Está nas mãos da Prefeitura; o IPTU progressivo, que é um imposto municipal. Por que o prefeito Melo não implementa um projeto dessa natureza, ao invés de tirar de estudantes, de trabalhadores, de pessoas que hoje necessitam ter um subsídio? Nós estamos indo na contramão do planeta. Olhem a pandemia, vejam os Estados Unidos, vejam a Europa, o Estado, o poder público desses países - que não são socialistas, são capitalistas, como é o Brasil, como é o Brasil aqui do Prefeito Melo, do Governador Leite e do Presidente Bolsonaro -, eles estão usando o Estado para financiar a recuperação da economia e a geração de empregos. Então é disso que se trata aqui. Concluo com isso: é preciso que os senhores vereadores digam de que lado estão, se estão do lado dos estudantes e dos trabalhadores ou se vão ficar ao lado do prefeito, para cortar benefícios de quem estuda e de quem trabalha. Nós queremos uma sociedade mais evoluída e não sem acesso à educação e ao transporte de qualidade. Obrigada, boa noite.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, professora Neiva. Agradeço a todos que contribuíram com a sua opinião neste debate franco a respeito de dois projetos de lei do Executivo, em especial ao Ver. Alvoni, que tem me auxiliado aqui no controle do tempo.

De imediato, então, para as conclusões finais, vamos passar a palavra aos requerentes da audiência. Primeiramente à UEE na pessoa do Airton dos Santos da Silva Júnior. Lembrando que o tempo será dividido com o Anderson Farias, da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA.

**SR. AIRTON DOS SANTOS DA SILVA JÚNIOR:** Boa noite, mais uma vez, a todo mundo, queria encerrar minha fala cumprimentando e agradecendo a oportunidade do espaço ao Ver. Márcio Bins Ely, Presidente da Câmara; aos representantes da Prefeitura de Porto Alegre, também aos vereadores presentes aqui nesta audiência pública e aos demais representantes das frentes e setores cujos benefícios e direitos estão sendo retirados com este projeto. Nós, da UEE, e os estudantes aqui presentes apresentamos uma série de pontos e fragilidades que este projeto representa. Nós citamos aqui o caso da EJA, o caso dos cursos profissionalizantes, dos cursinhos pré-vestibulares, dos bolsistas do Prouni, dos estudantes que moram em Porto Alegre, mas estudam fora de Porto Alegre, como setores da nossa categoria de representação que não estão incluídos neste projeto. Esses são alguns pontos e debilidades que nós apresentamos aqui na audiência. Junto com isso, nós mantemos a nossa convicção de que esse debate das isenções não resolve o problema do transporte público de Porto Alegre. Aqui tiveram diversas falas dos representantes das pessoas vivendo com HIV/Aids, das pessoas com deficiência, muitos estudantes aqui presentes também que mostraram essas fragilidades, as fragilidades de um projeto que não dá conta de resolver esse, que é um grande problema da nossa cidade. E ousou dizer aqui que não somente da nossa cidade, nós temos uma crise no transporte público que não é de hoje, que nós precisamos apontar. E aqui eu tenho muito acordo com quem fala que esta audiência pública precisa servir para se criar sínteses e apontar caminhos de superação para o momento difícil que nós vivemos. O transporte público hoje não é atrativo, reforço isso, diminuiu o número de passageiros utilizadores do transporte, não é à toa que

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

tem uma série de questões que fazem com que isso aconteça. A Prefeitura e a Câmara de Vereadores precisam enxergar e falar disso com mais clareza para que a gente consiga, de fato, apontar o que é responsável, o que faz com que as pessoas não peguem o ônibus hoje em Porto Alegre, o porquê de hoje haver diminuído drasticamente o número de passageiros no transporte público. Então, isso é para nós pensarmos, refletirmos e apontarmos caminhos, e, ao mesmo tempo, quero dizer que as isenções não resolvem os problemas do transporte. Nós precisamos garantir o acesso à saúde, como foi falado aqui, precisamos garantir o acesso à educação, porque hoje as pessoas estão, sim, evadindo da escola, da universidade, e nós reafirmamos que este projeto vai deixar uma grande parcela dos atuais beneficiários do Tri escolar, que pegam ônibus em Porto Alegre, isso tirará essa parcela da juventude, dos estudantes do transporte público de Porto Alegre, isso não resolve o problema, isso sucateia mais o transporte, diminui o número de usuários e não resolve o que nós precisamos resolver. Deixo aqui, para encerrar minha fala, a União Estadual dos Estudantes à disposição da Prefeitura para travar esse debate, da Câmara de Vereadores também. Nós estamos organizando, a partir desta semana, *blitz* na Câmara de Vereadores, iremos passar em cada gabinete para podermos conversar com os vereadores e reforçar a nossa opinião para que a gente consiga pensar juntos qual é a Porto Alegre que nós queremos construir, qual é o transporte público que dá conta da nossa necessidade. Então, sigo aqui à disposição, concludo a minha fala parabenizando todo mundo que colocou, expressou a sua opinião, pois acredito que assim a gente consegue avançar e ter uma sociedade que dê conta de seus desafios. E que a gente consiga viver Porto Alegre da forma mais digna possível e supere logo essa pandemia e que o acesso à educação seja garantido a todos e a todas. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Airton. O Sr. Anderson Farias está com a palavra.

**SR. ANDERSON FARIAS:** Para não me alongar muito, acho que foi muito bom o debate que a gente fez aqui, que tivemos a oportunidade de fazer, de reforçar esse debate, e queria mais colocar de novo que a gente gostaria muito que fossem levadas em consideração as

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

nossas colocações aqui na audiência pública e que a UMESPA, os estudantes secundaristas, vamos estar e estamos abertos ao diálogo sempre, porque o transporte público, como falei, não é um problema somente da Prefeitura para resolver, é um problema que precisa ser resolvido coletivamente, e coletivamente envolve os estudantes, porque a gente é usuário do transporte público, então estamos dispostos a estar dialogando para construir vias, maneiras para a melhoria da qualidade do transporte público quanto na própria diminuição do valor da passagem. Então, a gente está à disposição sempre para estar dialogando sobre o transporte público, ver as melhores maneiras, as melhores vias para isso. Quero agradecer, mais uma vez, o Presidente da Casa, o Ver. Márcio, que já nos recebeu uma vez, então, agradeço também pela audiência pública, e é isso, contem com a gente para dialogar sobre o transporte público e sobre a manutenção dos nossos direitos.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Anderson. O secretário Luiz Fernando Záchia está com a palavra, para as considerações finais.

**SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA:** Presidente, Márcio, nós queremos agradecer pela participação de todos, vereadores, vereadoras, todas as entidades que representam, e dando seguimento a esse princípio que norteia o governo, o debate, o diálogo com o objetivo de construção. Tiramos daqui algumas expectativas de uma discussão interna e também aproveitamos para fazer uma pequena observação que é absolutamente construtiva. Tanto o EJA como os cursos de graduação que ficam fora de Porto Alegre já estão previstos no projeto, conforme o Ver. Moisés Barboza tinha solicitado. E houve aí uma certa confusão na questão da graduação daqueles que estão enquadrados na questão pecuniária de que é 1,5 salário mínimo *per capita*, por família, se a família tiver quatro membros, será equivalente a seis salários mínimos, o equivalente hoje à R\$ 6,6 mil; se tiver três membros, serão quatro salários mínimos e meio, quase R\$ 5 mil. Então, é importante que se esclareça isso porque está absolutamente ajustado ao que o governo do Estado, em que a gestão Tarso Genro definiu o parâmetro de um salário mínimo e meio *per capita* para que pudesse regular a questão do passe livre do transporte estadual.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
012ª Audiência Pública Virtual 31AGO2021  
Pauta: Debater o PLE nº 015/21 e o PLCE nº 011/21

---

Aproveitamos, Presidente, cumprimentando V. Exa. e todos os vereadores que participaram, quero dizer que seguimos na discussão, seguimos na transparência, seguimos no permanente diálogo do governo com a sociedade. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Coordenação Política, está com a palavra.

**SR. CASSIO TROGILDO:** Só uma saudação, Presidente, quero agradecer a todos os participantes da audiência, em especial ao Presidente Márcio, que, mais uma vez, conduziu de forma muito tranquila esta audiência pública, em que foram mais de três horas de audiência pública e, com certeza, ajudou muito a aprofundar o debate e contribuir em esclarecimentos e na construção desse processo em seu todo. Muito obrigado a todos.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradeço a participação de todos. Como tínhamos dois projetos acabamos acatando dois blocos de dez inscritos, oportunizando a todos aqueles que estivessem interessados em se manifestar que fosse garantida a palavra. Tivemos mais de cem pessoas participando da audiência. Agradeço por todas as manifestações. Uma boa-noite a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 22h44min.)